

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	145
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	146
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	147

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.311.355
Preferenciais	0
Total	13.311.355

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/02/2018	Dividendo	12/03/2018	Ordinária		0,90000
Reunião do Conselho de Administração	01/08/2018	Dividendo	20/08/2018	Ordinária		0,56000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	11.027.273	10.589.548
1.01	Ativo Circulante	754.038	179.832
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	155.640	93.174
1.01.02	Aplicações Financeiras	551.104	21.657
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	551.104	21.657
1.01.02.01.03	Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	551.104	21.657
1.01.03	Contas a Receber	1.170	30.334
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.170	30.334
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	1.168	2.404
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	2	27.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.369	33.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.369	33.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.755	1.597
1.02	Ativo Não Circulante	10.273.235	10.409.716
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	822.019	840.553
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	29.158
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	29.158
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	33	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	773.301	762.562
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	773.301	762.562
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.685	48.833
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	48.685	48.685
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	0	148
1.02.02	Investimentos	9.205.053	9.323.000
1.02.02.01	Participações Societárias	9.205.053	9.323.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.181.864	9.268.261
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	23.189	54.739
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	11.027.273	10.589.548
2.01	Passivo Circulante	21.700	1.162.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	228	244
2.01.02	Fornecedores	43	461
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43	461
2.01.03	Obrigações Fiscais	368	343
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.468	817.654
2.01.04.02	Debêntures	6.468	817.654
2.01.05	Outras Obrigações	14.593	343.369
2.01.05.02	Outros	14.593	343.369
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.593	335.930
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	0	7.439
2.02	Passivo Não Circulante	1.804.484	176.444
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.267	0
2.02.01.02	Debêntures	1.722.267	0
2.02.02	Outras Obrigações	5.215	4.003
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.215	4.003
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	5.215	4.003
2.02.03	Tributos Diferidos	2.703	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.703	0
2.02.04	Provisões	74.299	172.441
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	982	982
2.02.04.02	Outras Provisões	73.317	171.459
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	73.317	171.459
2.03	Patrimônio Líquido	9.201.089	9.251.033
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	548.461	550.314
2.03.02.07	Instrumento patrimonial outorgado	3.240	536
2.03.02.08	Reserva de capital	545.221	549.778
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.761	4.930
2.03.04	Reservas de Lucros	3.145.621	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	629.144	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.000.707	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-484.230	-482.260
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	338.703	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-100.428	159.643
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	92.219	53.061

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	312.926	582.830	540.165	1.143.085
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16	-271	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	312.942	583.101	540.164	1.143.084
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	312.926	582.830	540.165	1.143.085
3.06	Resultado Financeiro	21.947	91.809	6.866	-14.085
3.06.01	Receitas Financeiras	52.412	171.549	22.595	78.011
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.465	-79.740	-15.729	-92.096
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	334.873	674.639	547.031	1.129.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.539	-31.861	-2.377	3.758
3.08.01	Corrente	345	0	-474	-2.661
3.08.02	Diferido	-7.884	-31.861	-1.903	6.419
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	327.334	642.778	544.654	1.132.758
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	327.334	642.778	544.654	1.132.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,60390	1,18580	1,00530	2,09080
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,60010	1,17800	0,99800	2,07560

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	327.334	642.778	544.654	1.132.758
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-61.081	-224.977	49.715	52.239
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido	-51.664	-262.196	55.855	50.697
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	-4.187	-1.640	-3.762	0
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquido	-5.230	39.158	-2.378	1.566
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	-299	0	-24
4.03	Resultado Abrangente do Período	266.253	417.801	594.369	1.184.997

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	522.621	916.233
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.589	2.146
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	642.778	1.132.758
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-583.101	-1.143.084
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	-62.942	18.891
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.861	-6.419
6.01.01.05	Demais Provisões e Ajustes	-7	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	492.705	926.584
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	-11.299	6.553
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	510.776	922.303
6.01.02.03	Seguro e demais contas a receber (AC)	1.236	1.455
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	-158	-965
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	-419	-123
6.01.02.06	Salários e encargos sociais (PC)	-16	41
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	25	-321
6.01.02.08	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-7.440	-2.359
6.01.03	Outros	1.327	-12.497
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	0	-14.765
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	148	0
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	-33	0
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	0	-589
6.01.03.05	Demais contas a pagar (PNC)	1.212	2.857
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-529.447	-18.228
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgastes	-529.447	-18.228
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	69.292	-966.518
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	1.721.596	0
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-800.336	0
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-86.806	-99.805
6.03.04	Dividendos Pagos	-789.319	-930.515
6.03.05	Compra de ações em tesouraria	-6.526	0
6.03.06	Venda de ações em tesouraria	0	6.799
6.03.07	Sociedades Relacionadas	30.683	57.003
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	62.466	-68.513
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.174	127.944
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	155.640	59.431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.760.079	0	212.704	9.381.261
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-130.228	0	0	-130.228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-167.565	0	-304.241	4.064	-467.742
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.527	0	0	0	-6.527
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-304.241	0	-304.241
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	2.704	0	0	0	2.704
5.04.10	Mudança de participação de acionistas não controladores - CBLSA	0	0	0	0	4.064	4.064
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	642.778	-224.977	417.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	642.778	0	642.778
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-224.977	-224.977
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-263.836	-263.836
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	39.158	39.158
5.05.02.06	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	-299	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-169	0	166	0	-3
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-169	0	169	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.992	3.629.851	338.703	-8.209	9.201.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	-158.716	-1.333.066	-461.868	0	-620.584
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-461.868	0	-461.868
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.132.758	52.239	1.184.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.132.758	0	1.132.758
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.239	52.239
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	50.697	50.697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.566	1.566
5.05.02.06	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	-24	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-347	0	262	0	-85
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-347	0	347	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-85	0	-85
5.07	Saldos Finais	5.171.752	79.950	3.050.899	671.152	35.771	9.009.524

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	5.355	5.480
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	5.355	5.480
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.355	5.480
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.355	5.480
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	754.650	1.221.095
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	583.101	1.143.084
7.06.02	Receitas Financeiras	171.549	78.011
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	760.005	1.226.575
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	760.005	1.226.575
7.08.01	Pessoal	4.663	4.579
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.222	-1.755
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.342	90.993
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	642.778	1.132.758
7.08.04.02	Dividendos	304.241	461.868
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	338.537	670.890

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	29.805.344	28.205.511
1.01	Ativo Circulante	15.906.292	15.489.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.751.656	5.002.004
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.484.873	1.283.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.369.901	1.151.647
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	114.972	131.851
1.01.03	Contas a Receber	4.919.947	4.203.056
1.01.03.01	Clientes	4.796.346	4.147.894
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	123.601	55.162
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	123.601	44.025
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	11.137
1.01.04	Estoques	3.163.913	3.513.577
1.01.06	Tributos a Recuperar	948.125	881.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	948.125	881.584
1.01.07	Despesas Antecipadas	150.572	150.046
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	487.206	456.213
1.01.08.03	Outros	487.206	456.213
1.01.08.03.01	Ativos de Contratos com Clientes - Direitos de Exclusividade, Líquidos	487.206	456.213
1.02	Ativo Não Circulante	13.899.052	12.715.533
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.216.484	3.768.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	120.055	10.955
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	72.200	73.471
1.02.01.04	Contas a Receber	379.735	337.909
1.02.01.04.01	Clientes	377.529	329.991
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.206	7.918
1.02.01.07	Tributos Diferidos	745.993	614.061
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	745.993	614.061
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	396.470	346.886
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.501.541	2.384.401
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	418.764	313.242
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	868.240	822.660
1.02.01.10.05	Ativos de Indenização - Combinação de Negócios	202.454	202.352
1.02.01.10.06	Ativos de Contratos com Clientes - Direitos de Exclusividade, Líquidos	1.012.083	1.046.147
1.02.02	Investimentos	129.902	150.194
1.02.02.01	Participações Societárias	129.902	150.194
1.02.03	Imobilizado	7.193.611	6.634.528
1.02.04	Intangível	2.359.055	2.162.638

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	29.805.344	28.205.511
2.01	Passivo Circulante	6.768.837	7.009.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	421.264	388.118
2.01.02	Fornecedores	2.121.333	2.155.498
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.830.966	1.973.668
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	290.367	181.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	302.080	308.365
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.641.597	3.503.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.577.717	1.819.766
2.01.04.02	Debêntures	1.061.065	1.681.199
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.815	2.710
2.01.05	Outras Obrigações	179.160	554.624
2.01.05.02	Outros	179.160	554.624
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.109	338.845
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	139.448	125.150
2.01.05.02.05	Receita Diferida	20.102	18.413
2.01.05.02.06	Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	3.501	72.216
2.01.06	Provisões	103.403	99.408
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	70.373	64.550
2.01.06.02	Outras Provisões	33.030	34.858
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.411	4.799
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	28.619	30.059
2.02	Passivo Não Circulante	13.472.797	11.605.502
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.978.534	10.086.919
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.425.805	6.113.545
2.02.01.02	Debêntures	5.508.828	3.927.569
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	43.901	45.805
2.02.02	Outras Obrigações	198.398	179.915
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.092	4.185
2.02.02.02	Outros	194.306	175.730
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	181.710	162.834
2.02.02.02.04	Receita Diferida	12.596	12.896
2.02.03	Tributos Diferidos	73.691	38.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	73.691	38.524
2.02.04	Provisões	1.222.174	1.300.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	875.264	861.246
2.02.04.02	Outras Provisões	346.910	438.898
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	52.110	59.975
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-Emprego	221.483	207.464
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	73.317	171.459
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.563.710	9.590.321
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	548.461	550.314
2.03.02.07	Instrumento patrimonial outorgado	3.240	536
2.03.02.08	Reserva de capital	545.221	549.778
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.761	4.930

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04	Reservas de Lucros	3.145.621	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	629.144	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.000.707	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-484.230	-482.260
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	338.703	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-100.428	159.643
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	92.219	53.061
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	362.621	339.288

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	23.834.232	67.230.939	20.341.648	57.882.418
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.209.129	-62.625.490	-18.364.200	-52.887.984
3.03	Resultado Bruto	1.625.103	4.605.449	1.977.448	4.994.434
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.071.423	-3.414.285	-1.034.290	-2.923.580
3.04.01	Despesas com Vendas	-683.390	-2.017.309	-644.709	-1.857.027
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-407.093	-1.177.222	-408.747	-1.160.567
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	21.866	-210.571	15.142	77.903
3.04.05.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	24.386	-203.467	15.746	78.657
3.04.05.02	Resultado na Venda de Bens	-2.520	-7.104	-604	-754
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.806	-9.183	4.024	16.111
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	553.680	1.191.164	943.158	2.070.854
3.06	Resultado Financeiro	-58.806	-230.190	-120.833	-354.853
3.06.01	Receitas Financeiras	145.030	449.629	149.966	451.265
3.06.02	Despesas Financeiras	-203.836	-679.819	-270.799	-806.118
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	494.874	960.974	822.325	1.716.001
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-171.656	-324.236	-277.192	-579.558
3.08.01	Corrente	-155.786	-296.056	-380.073	-688.489
3.08.02	Diferido	-15.870	-28.180	102.881	108.931
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	323.218	636.738	545.133	1.136.443
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	323.218	636.738	545.133	1.136.443
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	327.334	642.778	544.654	1.132.758
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.116	-6.040	479	3.685
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,60390	1,18580	1,00530	2,09080
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,60010	1,17800	0,99800	2,07560

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	323.218	636.738	545.133	1.136.443
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-61.081	-224.977	49.715	52.239
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-51.664	-262.196	55.855	50.697
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	-4.187	-1.640	-3.762	0
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquido	-5.230	39.158	-2.378	1.566
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	-299	0	-24
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	262.137	411.761	594.848	1.188.682
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	266.253	417.801	594.369	1.184.997
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.116	-6.040	479	3.685

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.442.524	1.367.844
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.476.155	2.589.795
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	636.738	1.136.443
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	9.183	-16.111
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	282.430	346.188
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	602.286	517.032
6.01.01.05	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	11.798	9.807
6.01.01.06	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	810.269	589.802
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.180	-108.931
6.01.01.08	Resultado na Venda de Bens	7.104	754
6.01.01.09	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	73.425	102.028
6.01.01.10	Provisão para perda em estoques	6.156	5.087
6.01.01.11	Provisão para benefício pós-emprego	9.734	8.210
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	-1.148	-514
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-433.519	73.532
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	-721.855	-437.848
6.01.02.02	Estoques (AC)	348.243	-204.566
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-62.711	-125.868
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-64.052	299.590
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-526	3.339
6.01.02.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (AC)	-30.993	-14.043
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-34.165	-130.801
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	33.146	28.492
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	32.143	30.439
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	101.092	613.621
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	-1.440	-1.729
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	5.823	1.872
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-83.269	-17.029
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	1.689	-1.628
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	43.356	29.691
6.01.03	Outros	-600.112	-1.295.483
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	-47.313	-42.273
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-105.522	-101.700
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-45.490	-38.659
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	5.611	1.584
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-56.110	-82.060
6.01.03.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (ANC)	31.015	25.856
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	3.987	1.055
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	14.037	-73.439
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	18.873	9.604
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-299	40
6.01.03.11	Pagtos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-279.381	-389.409

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-139.520	-606.082
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.423.281	-940.452
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	-1.289.718	23.842
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	3.662	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-856.760	-824.785
6.02.04	Aquisição de Intangível	-186.390	-163.895
6.02.05	Aquisição de empresas	-103.374	0
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-24.000	-16.000
6.02.07	Receita com a venda de bens	32.049	40.386
6.02.08	Redução de capital em coligadas	1.250	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-313.017	228.583
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	3.295.814	3.292.187
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-2.299.223	-1.584.272
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-514.957	-535.280
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil Financeiro	-3.839	-3.901
6.03.05	Dividendos Pagos	-790.719	-940.151
6.03.06	Sociedades relacionadas	-93	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	43.426	23.086
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.250.348	679.061
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.002.004	4.274.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.751.656	4.953.219

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.760.079	0	212.704	9.381.261	339.571	9.720.832
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-130.228	0	0	-130.228	-283	-130.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033	339.288	9.590.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-167.565	0	-304.241	4.064	-467.742	29.373	-438.369
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.527	0	0	0	-6.527	0	-6.527
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-304.241	0	-304.241	0	-304.241
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	2.704	0	0	0	2.704	0	2.704
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-3.998	-3.998
5.04.10	Mudança de participação de acionistas não controladores - CBLSA	0	0	0	0	4.064	4.064	33.371	37.435
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	642.778	-224.977	417.801	-6.040	411.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	642.778	0	642.778	-6.040	636.738
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-224.977	-224.977	0	-224.977
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-263.836	-263.836	0	-263.836
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	39.158	39.158	0	39.158
5.05.02.06	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	-299	-299	0	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-169	0	166	0	-3	0	-3
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-169	0	169	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3	0	-3
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.992	3.629.851	338.703	-8.209	9.201.089	362.621	9.563.710

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427	-81	-82.508
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196	30.854	8.476.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	-158.716	-1.333.066	-461.868	0	-620.584	-7.482	-628.066
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799	0	6.799
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-461.868	0	-461.868	0	-461.868
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515	0	-165.515
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-7.482	-7.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.132.758	52.239	1.184.997	3.685	1.188.682
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.132.758	0	1.132.758	3.685	1.136.443
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.239	52.239	0	52.239
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	50.697	50.697	0	50.697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.566	1.566	0	1.566
5.05.02.06	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	-24	-24	0	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-347	0	262	0	-85	0	-85
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-347	0	347	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-85	0	-85	0	-85
5.07	Saldos Finais	5.171.752	79.950	3.050.899	671.152	35.771	9.009.524	27.057	9.036.581

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	68.924.451	59.326.577
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	69.208.447	59.350.702
7.01.02	Outras Receitas	-210.571	77.903
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e outros resultados operacionais, líquidos	-210.571	77.903
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-73.425	-102.028
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.014.117	-54.219.840
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-57.897.573	-48.609.597
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.530.821	-1.802.062
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.734	-10.701
7.02.04	Outros	-4.575.989	-3.797.480
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-4.575.989	-3.797.480
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.910.334	5.106.737
7.04	Retenções	-614.084	-526.839
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-602.286	-517.032
7.04.02	Outras	-11.798	-9.807
7.04.02.01	Créditos de PIS e Cofins s/ Depreciação	-11.798	-9.807
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.296.250	4.579.898
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	543.232	565.598
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.183	16.111
7.06.02	Receitas Financeiras	449.629	451.265
7.06.03	Outros	102.786	98.222
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	102.786	98.222
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.839.482	5.145.496
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.839.482	5.145.496
7.08.01	Pessoal	1.641.653	1.418.800
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.699.022	1.619.055
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	862.069	971.198
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	636.738	1.136.443
7.08.04.02	Dividendos	308.239	469.350
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	328.499	667.093

Comentário do Desempenho

MD&A – ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Terceiro trimestre de 2018

(R\$ milhões)	3T18	3T17	2T18	Δ 3T18 x 3T17	Δ 3T18 x 2T18	9M18	9M17	Δ 9M18 x 9M17
Receita líquida de vendas e serviços	23.834,2	20.341,6	22.645,6	17%	5%	67.230,9	57.882,4	16%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(22.209,1)	(18.364,2)	(21.186,5)	21%	5%	(62.625,5)	(52.888,0)	18%
Lucro bruto	1.625,1	1.977,4	1.459,0	-18%	11%	4.605,4	4.994,4	-8%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.090,5)	(1.053,5)	(1.060,0)	4%	3%	(3.194,5)	(3.017,6)	6%
Outros resultados operacionais, líquidos	24,4	15,7	34,9	55%	-30%	(203,5)	78,7	-359%
Resultado na venda de bens	(2,5)	(0,6)	(2,4)	317%	7%	(7,1)	(0,8)	842%
Lucro operacional	556,5	939,1	431,5	-41%	29%	1.200,3	2.054,7	-42%
Despesa financeira, líquida	(58,8)	(120,8)	(64,4)	-51%	-9%	(230,2)	(354,9)	-35%
Equivalência patrimonial	(2,8)	4,0	(3,4)	-170%	-17%	(9,2)	16,1	-157%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	494,9	822,3	363,7	-40%	36%	961,0	1.716,0	-44%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(201,7)	(290,0)	(152,5)	-30%	32%	(400,3)	(606,6)	-34%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	30,1	12,8	29,5	135%	2%	76,0	27,0	182%
Lucro líquido	323,2	545,1	240,7	-41%	34%	636,7	1.136,4	-44%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	327,3	544,7	241,6	-40%	35%	642,8	1.132,8	-43%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	(4,1)	0,5	(0,9)	-962%	348%	(6,0)	3,7	-264%
EBITDA Ajustado	849,7	1.221,5	718,1	-30%	18%	2.075,9	2.934,1	-29%
GLP vendido (mil toneladas)	449,9	460,3	443,8	-2%	1%	1.303,8	1.320,0	-1%
Combustível vendido (mil m³)	6.200,3	6.059,2	5.858,5	2%	6%	17.519,9	17.550,9	0%
Químicos vendidos (mil toneladas)	205,4	210,5	193,4	-2%	6%	578,8	589,1	-2%

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Comentário do Desempenho

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o terceiro trimestre de 2018 ("3T18") e o terceiro trimestre de 2017 ("3T17"), exceto quando indicado de outra forma.

A partir de 2018, foram adotadas as normas IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações do 3T18 e 9M18 com as informações do 3T17 e 9M17 apresentadas neste documento, as informações de 2017 contemplam as alterações nas normas contábeis e, portanto, diferem dos valores reportados anteriormente nas respectivas divulgações de resultados. Os demonstrativos dos impactos do terceiro trimestre de 2017 em comparação aos valores divulgados anteriormente encontram-se disponíveis no site (ri.ultra.com.br).

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – (LAJIR – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	3T18	3T17	2T18	9M18	9M17
Lucro líquido	323,2	545,1	240,7	636,7	1.136,4
(+) IR e contribuição social	171,7	277,2	123,0	324,2	579,6
(+) Despesa (receita) financeira líquida	58,8	120,8	64,4	230,2	354,9
(+) Depreciação e amortização	210,3	179,7	197,8	602,3	517,0
EBITDA	763,9	1.122,9	625,9	1.793,5	2.587,9
Ajuste					
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	85,8	98,6	92,2	282,4	346,2
EBITDA Ajustado	849,7	1.221,5	718,1	2.075,9	2.934,1

Ultrapar Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões (exceto LPA)	3T18	3T17	2T18	Δ (%)		9M18	9M17	Δ (%)
				3T18 v 3T17	3T18 v 2T18			
Receita líquida	23.834	20.342	22.646	17%	5%	67.231	57.882	16%
Lucro líquido ¹	323	545	241	(41%)	34%	637	1.136	(44%)
Lucro por ação atribuível aos acionistas ²	0,60	1,01	0,45	(40%)	35%	1,19	2,09	(43%)
EBITDA Ajustado	850	1.221	718	(30%)	18%	2.076	2.934	(29%)
Investimentos	492	542	437	(9%)	13%	1.533	1.511	1%

¹ No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

² Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria

Receita líquida – Total de R\$ 23.834 milhões (+17%), em função do crescimento da receita em todos os negócios. Em relação ao 2T18, a receita líquida aumentou 5%, fruto da maior receita na Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz. Nos 9M18, a receita líquida totalizou R\$ 67.231 milhões, 16% superior ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 850 milhões (-30%), em função do menor EBITDA na Ipiranga e na Extrafarma, enquanto a Oxiteno, Ultragaz e Ultracargo apresentaram maiores EBITDAs. Em relação ao 2T18, o EBITDA Ajustado aumentou 18%, devido ao maior EBITDA da Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz. Nos 9M18, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 2.076 milhões, 29% inferior aos 9M17, impactado pela multa pela não aquisição da Liquigás.

Depreciação e amortização³ – Total de R\$ 296 milhões (+6%), em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses. Na comparação com o 2T18, o total de custos e despesas com depreciação e amortização cresceu 2%. Nos 9M18, a depreciação e amortização totalizou R\$ 885 milhões, crescimento de 2% em relação aos 9M17.

Resultado financeiro – O endividamento líquido da Ultrapar em 30 de setembro de 2018 foi de R\$ 9,2 bilhões (2,9x EBITDA LTM Ajustado) em comparação a R\$ 6,8 bilhões em 30 de setembro de 2017 (1,7x EBITDA LTM Ajustado). O aumento da alavancagem ocorreu principalmente em função do menor EBITDA e do aumento do capital de giro no período, apesar do nível de investimento praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior. A despesa financeira líquida da Ultrapar totalizou R\$ 59 milhões, R\$ 62 milhões menor quando comparado ao 3T17, devido (i) à queda do CDI na comparação anual, apesar do aumento na dívida líquida, (ii) à desvalorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição (emitidos na associação com a Extrafarma) e (iii) aos efeitos cambiais dos períodos. Em relação ao 2T18, a despesa financeira líquida reduziu R\$ 6 milhões, devido, principalmente, aos efeitos cambiais dos períodos, parcialmente compensados pela menor desvalorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição. Nos 9M18, a despesa financeira líquida totalizou R\$ 230 milhões, queda de 35% em comparação aos 9M17.

Lucro líquido – Total de R\$ 323 milhões (-41%), decorrente do menor EBITDA, apesar da redução nas despesas financeiras. Em relação ao 2T18, o lucro líquido aumentou 34%, devido principalmente ao maior EBITDA. Nos 9M18, o lucro líquido totalizou R\$ 637 milhões, 44% inferior aos 9M17. Excluindo o efeito da multa, o lucro líquido teria sido de R\$ 826 milhões nos 9M18.

Fluxo de caixa das atividades operacionais – Total de R\$ 1.443 milhões nos 9M18, comparado a R\$ 1.368 milhões nos 9M17, em função do menor pagamento de impostos, reflexo do menor resultado e da maior utilização de créditos para compensação de impostos, atenuado por maior investimento em capital de giro, fruto do recebimento de seguros ao longo de 2017.

³ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Ipiranga

Comentário do Desempenho

	3T18	3T17	2T18	Δ (%) 3T18 v 3T17	Δ (%) 3T18 v 2T18	9M18	9M17	Δ (%) 9M18 v 9M17
Volume total (mil m³)¹	6.200	6.059	5.859	2%	6%	17.520	17.551	0%
Diesel	3.301	3.156	3.067	5%	8%	8.993	8.856	2%
Ciclo Otto	2.780	2.814	2.675	(1%)	4%	8.178	8.436	(3%)
Outros ²	120	90	117	34%	3%	348	258	35%
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	497	935	402	(47%)	24%	1.484	2.189	(32%)

¹ A partir de dez/17, o total já inclui o volume da ICONIC, associação com a Chevron em lubrificantes

² Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

Desempenho operacional - O volume do ciclo Otto reduziu 1% em relação ao 3T17, acompanhando o fraco desempenho do mercado. Já o volume de diesel cresceu 5%, devido às maiores vendas no segmento de postos. Em relação ao 2T18, o volume cresceu 6%, com incremento de 8% no diesel e de 4% no ciclo Otto, explicados pela melhora da economia, pela sazonalidade entre os períodos e pelo efeito da greve no trimestre anterior. Nos 9M18, a Ipiranga acumulou volume de vendas de 17.520 mil m³, estável sobre o volume dos 9M17.

Receita líquida - Total de R\$ 20.007 milhões (+17%), principalmente em função das movimentações nos custos de combustíveis e do maior volume de vendas. Em relação ao 2T18, a receita líquida cresceu 5%, em função dos mesmos fatores explicados acima. Nos 9M18, a receita líquida totalizou R\$ 56.590 milhões, 15% superior aos 9M17.

Custo dos produtos vendidos - Total de R\$ 19.162 milhões (+21%), principalmente em função das movimentações nos custos dos combustíveis e do maior volume vendido. Em relação ao 2T18, o custo dos produtos vendidos aumentou 5%, acompanhando o crescimento observado no volume e as movimentações nos custos de combustíveis. Nos 9M18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 54.050 milhões, crescimento de 18% em relação aos 9M17.

Despesas gerais, administrativas e de vendas - Total de R\$ 544 milhões (+1%), principalmente devido ao aumento de despesas no valor de R\$ 29 milhões relacionadas à consolidação dos resultados da ICONIC, associação com a Chevron em lubrificantes que entrou em operação em dezembro de 2017. Excluindo este efeito, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziriam 4% na comparação anual, devido (i) aos menores gastos com programas de marketing, (ii) aos menores gastos com consultorias estratégicas, (iii) à adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) no 3T17 e (iv) às menores despesas com manutenção. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do frete, reflexo do maior volume vendido e do aumento nos custos de diesel. Em relação ao 2T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 1%, em função dos maiores gastos com frete, em linha com o maior volume vendido, e das maiores despesas com manutenção, parcialmente compensados por menores despesas com programas de marketing e menores provisões para crédito de liquidação duvidosa. Nos 9M18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 1.634 milhões, 7% superiores aos 9M17. Excluindo as despesas relacionadas à ICONIC, as despesas gerais, administrativas e de vendas permaneceriam estáveis em relação aos 9M17.

EBITDA Ajustado - Total de R\$ 497 milhões (-47%), influenciado pela movimentação de custos de combustíveis mais favoráveis e oportunidades de importação no 3T17 e pelo efeito negativo de R\$ 24 milhões gerado pela greve dos caminhoneiros ainda no 3T18, devido à contabilização do estoque pelo custo médio. Esses efeitos foram parcialmente atenuados por maior volume vendido e venda de ativos pontualmente maior no 3T18 no valor de R\$ 13 milhões. Em relação ao 2T18, o EBITDA Ajustado aumentou 24%, em função (i) da recuperação gradual das margens, (ii) do maior volume vendido, (iii) das variações positivas nos custos dos combustíveis e (iv) da venda de ativos no 3T18 no valor de R\$ 13 milhões. Nos 9M18, o EBITDA Ajustado da Ipiranga totalizou R\$ 1.484 milhões, queda de 32% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Investimentos - Foram investidos R\$ 253 milhões, direcionados principalmente à manutenção e à ampliação da rede de postos e franquias. Do total dos investimentos, R\$ 90 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 102 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 61 milhões a liberações de financiamentos a clientes e antecipações de aluguel, líquidos de repagamentos. A Ipiranga encerrou o 3T18 com 8.018 postos (+3%), adição líquida de 204 postos nos últimos 12 meses. Nos 9M18, os investimentos totalizaram R\$ 674 milhões.

Oxiteno

Comentário do Desempenho

	3T18	3T17	2T18	Δ (%) 3T18 v 3T17	Δ (%) 3T18 v 2T18	9M18	9M17	Δ (%) 9M18 v 9M17
Volume total (mil tons)	205	211	193	(2%)	6%	579	589	(2%)
Especialidades	162	173	152	(7%)	6%	465	482	(4%)
<i>Commodities</i>	44	37	41	18%	6%	114	107	6%
Vendas no Brasil	151	154	139	(2%)	9%	416	425	(2%)
Vendas no mercado externo	54	56	54	(4%)	(1%)	163	164	(1%)
EBITDA (R\$ milhões)	173	74	121	135%	43%	346	219	58%

Desempenho operacional – O volume vendido de especialidades no trimestre reduziu 7% na comparação anual, devido à forte base de comparação com o 3T17, com redução de 8% no mercado interno, principalmente nos segmentos de agroquímicos e distribuição. Já no mercado externo, o volume de especialidades diminuiu 5%, devido às menores exportações para a Argentina, apesar do maior volume vendido nos Estados Unidos. Por outro lado, a venda de *commodities* aumentou 18% em relação ao 3T17, reflexo da maior demanda desses produtos. Já em relação ao 2T18, o volume total de vendas cresceu 6%, com aumento tanto no volume de *commodities* como no volume de especialidades. Nos 9M18, o volume de vendas totalizou 579 mil toneladas, redução de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receita líquida – Total de R\$ 1.368 milhões (+33%), em função do Real 25% mais depreciado em relação ao dólar (equivalente a R\$ 0,79/US\$) e do preço médio em dólar 9% maior, fruto do aumento dos custos de matérias-primas, principalmente do eteno, na comparação anual, apesar do menor volume de vendas e da maior participação de *commodities* no mix de vendas. Em relação ao 2T18, a receita líquida aumentou 16%, fruto do maior volume vendido e do Real 10% mais depreciado em relação ao dólar (equivalente a R\$ 0,35/US\$). Nos 9M18, a receita líquida totalizou R\$ 3.548 milhões, 25% superior aos 9M17.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.038 milhões (+26%), devido (i) ao Real 25% mais depreciado frente ao dólar, (ii) ao aumento de custos de matéria-prima, principalmente o eteno, na comparação anual e (iii) aos custos relacionados à partida da nova unidade dos EUA. Na comparação com o 2T18, o custo dos produtos vendidos cresceu 13%, reflexo do aumento do volume de vendas, do Real 10% mais desvalorizado frente ao dólar, além dos maiores custos nos EUA com a partida da planta. Nos 9M18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 2.784 milhões, crescimento de 22% em relação aos 9M17.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 194 milhões (+12%), em função (i) das maiores despesas com remuneração variável, (ii) dos maiores gastos nos Estados Unidos ligados ao *start up* da nova planta e (iii) da desvalorização do Real sobre as despesas das operações internacionais. Em relação ao 2T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 9%, principalmente em virtude das maiores despesas logísticas, reflexo do maior volume vendido e do mix de vendas, e dos maiores gastos com as unidades internacionais, impactados pela desvalorização do Real. Nos 9M18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 538 milhões, 11% superiores ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA – O EBITDA da Oxiteno totalizou R\$ 173 milhões (+135%), em virtude do maior patamar de câmbio médio, com o Real 25% mais depreciado frente ao dólar e do maior patamar das margens unitárias em dólares. Neste trimestre ocorreu o *impairment* dos ativos da Oxiteno Andina no valor de R\$ 7 milhões em função da atual conjuntura política e econômica na Venezuela. Em relação ao 2T18, o EBITDA cresceu 43%, em função do maior volume vendido e do Real 10% mais desvalorizado em relação ao dólar. Nos 9M18, o EBITDA totalizou R\$ 346 milhões, crescimento de 58% em relação aos 9M17.

Investimentos – O investimento no período foi de R\$ 107 milhões, direcionado, principalmente, aos investimentos na nova planta de especialidades químicas nos Estados Unidos e à manutenção de suas unidades produtivas. O investimento nos 9M18 foi de R\$ 397 milhões.

Ultragaz

Comentário do Desempenho

	3T18	3T17	2T18	Δ (%) 3T18 v 3T17	Δ (%) 3T18 v 2T18	9M18	9M17	Δ (%) 9M18 v 9M17
Volume total (mil tons)	450	460	444	(2%)	1%	1.304	1.320	(1%)
Envasado	309	317	311	(3%)	(1%)	901	906	1(%)
Granel	141	143	133	(1%)	6%	403	414	(3%)
EBITDA (R\$ milhões)	159	159	148	0%	7%	137	392	(65%)
EBITDA ex-multa (R\$ milhões)	159	159	148	0%	7%	424	392	8%

Desempenho operacional – No segmento envasado, o volume reduziu 3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, menor que a queda apresentada pelo mercado de GLP de 4%. No segmento granel, o volume reduziu 1%, em função do menor número de dias úteis. Em relação ao 2T18, o volume vendido cresceu 1%, com aumento de 6% no segmento granel, reflexo da sazonalidade entre os períodos e do efeito da paralisação dos caminhoneiros no 2T18. Nos 9M18, o volume de vendas da Ultragaz totalizou 1.304 mil toneladas, redução de 1% em relação aos 9M17, em linha com a retração do mercado de GLP no período.

Receita líquida – Total de R\$ 1.870 milhões (+19%), em função, principalmente, dos repasses dos reajustes nos custos do GLP, apesar do menor volume de vendas no período. Em relação ao 2T18, a receita líquida cresceu 6%, refletindo o maior volume de vendas e os repasses dos reajustes nos custos do GLP, com maior participação do segmento granel no mix de vendas. Nos 9M18, a receita líquida totalizou R\$ 5.261 milhões, 20% superior aos 9M17.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.625 milhões (+25%), principalmente em função dos reajustes nos custos de GLP. Em relação ao 2T18, o custo dos produtos vendidos cresceu 5%, em virtude do maior volume vendido e dos reajustes nos custos de GLP. Nos 9M18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 4.601 milhões, crescimento de 25% em relação aos 9M17.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 145 milhões (-10%), devido (i) às menores despesas com consultorias estratégicas, (ii) às menores provisões de devedores duvidosos, (iii) aos menores gastos com marketing e (iv) às menores despesas com frete, reflexo da migração de clientes com modalidade de entrega de CIF para FOB. Em relação ao 2T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas subiram 8% em função, principalmente, do efeito pontual da reavaliação da provisão para perdas estimadas no 2T18, com reversão de R\$ 9 milhões. Nos 9M18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 411 milhões, 13% inferiores ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA – Total de R\$ 159 milhões (0%), em função das iniciativas de redução de custos e despesas, que neutralizaram o impacto no resultado do menor volume vendido. Em relação ao 2T18, o EBITDA da Ultragaz cresceu 7%, devido ao maior volume vendido e à maior participação do granel no mix de vendas. Nos 9M18, o EBITDA ex-multa em função da não aquisição da Liquigás no 1T18 totalizou R\$ 424 milhões, crescimento de 8% em relação aos 9M17.

Investimentos – Foram investidos R\$ 54 milhões, direcionados, principalmente, a clientes do segmento granel, vasilhames e tecnologia da informação, com foco na estratégia de diferenciação e inovação da Ultragaz. Nos 9M18, foram investidos R\$ 171 milhões.

Ultracargo

Comentário do Desempenho

	3T18	3T17	2T18	Δ (%) 3T18 v 3T17	Δ (%) 3T18 v 2T18	9M18	9M17	Δ (%) 9M18 v 9M17
Armazenagem efetiva ¹ (mil m ³)	765	729	786	5%	(3%)	758	717	6%
EBITDA (R\$ milhões)	44	40	54	10%	(19%)	139	88	58%

¹ Média mensal

Desempenho operacional – A armazenagem média da Ultracargo cresceu 5% em relação ao 3T17, em função da maior movimentação de etanol em Suape e Santos, apesar da menor movimentação de combustíveis no terminal de Suape e Itaquí. Em relação ao 2T18, a armazenagem média dos terminais reduziu 3%, devido à menor movimentação de combustíveis e etanol em Suape, parcialmente compensada por maior movimentação de etanol em Santos. Nos 9M18, a armazenagem média da Ultracargo cresceu 6% em relação aos 9M17.

Receita líquida – Total de R\$ 124 milhões no 3T18 (+11%), impulsionada pelo aumento da armazenagem média e pelos maiores preços médios. Em relação ao 2T18, a receita líquida diminuiu 2%, em função da menor armazenagem média no trimestre. Nos 9M18, a receita líquida totalizou R\$ 367 milhões, 15% superior aos 9M17.

Custo dos serviços prestados – Total de R\$ 62 milhões (+12%), devido aos maiores gastos em Santos, em função da retomada parcial do terminal. Em relação ao 2T18, o custo dos serviços prestados cresceu 2%, em função dos maiores gastos com manutenção. Nos 9M18, o custo dos serviços prestados totalizou R\$ 182 milhões, crescimento de 14% em relação aos 9M17.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 31 milhões (+13%), em função das maiores despesas com pessoal e com consultorias para novos projetos. Em relação ao 2T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 29%, em virtude, principalmente, do efeito pontual da recuperação de créditos no valor de R\$ 8 milhões no 2T18 referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária. Nos 9M18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 83 milhões, 3% superiores ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA – Total de R\$ 44 milhões (+10%), em função da maior armazenagem média no período e dos preços médios superiores nos terminais. Em relação ao 2T18, o EBITDA reduziu 19%, devido ao recebimento de créditos no valor de R\$ 8 milhões no 2T18, conforme mencionado acima, e da menor movimentação no período. Nos 9M18, o EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 139 milhões, crescimento de 58% em relação aos 9M17.

Investimentos – Na Ultracargo, o investimento no período foi de R\$ 36 milhões, direcionado principalmente à expansão do terminal de Itaquí, manutenção e modernização dos sistemas e processos de segurança dos terminais. Nos 9M18, foram investidos R\$ 86 milhões.

Extrafarma

Comentário do Desempenho

	3T18	3T17	2T18	Δ (%) 3T18 v 3T17	Δ (%) 3T18 v 2T18	9M18	9M17	Δ (%) 9M18 v 9M17
Receita bruta (R\$ milhões)	515	501	559	3%	(8%)	1.615	1.459	11%
Número de lojas (final do período)	414	366	406	13%	2%	414	366	13%
% de lojas maduras (+3 anos)	47%	49%	46%	(2,6 p.p.)	0,6 p.p.	47%	49%	(2,6 p.p.)
EBITDA (R\$ milhões)	(24)	7	(7)	na	na	(31)	20	na

Desempenho operacional - A Extrafarma encerrou o 3T18 com 414 lojas, sendo 77 aberturas e 29 fechamentos nos últimos 12 meses, equivalente a um aumento de 13%. Ao final do 3T18, as lojas em maturação (até três anos de operação) representavam 53% da rede em comparação a 51% do 3T17, reflexo do ritmo de expansão da rede. Em relação ao 2T18, a Extrafarma abriu 21 novas lojas e fechou 13 lojas, fruto de uma maior depuração pontual da rede neste trimestre.

Receita bruta - Total de R\$ 515 milhões (+3%), devido ao crescimento de 9% no faturamento do varejo, em função do maior número de lojas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. Esses efeitos foram atenuados pelo impacto não recorrente da substituição do sistema de varejo iniciada em junho, que afetou temporariamente as operações durante o período de estabilização. Em relação ao 2T18, a receita bruta reduziu 8%, em decorrência, principalmente, dos efeitos pontuais da troca do sistema de varejo mencionada anteriormente. Nos 9M18, a receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 1.615 milhões, 11% superior ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto - Custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 346 milhões (+7%), em decorrência do maior faturamento e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 143 milhões (-4%), principalmente em função da substituição do sistema de varejo, que impactou o faturamento, do maior ritmo de atividades promocionais e da maior abrangência geográfica. Em relação ao 2T18, o custo dos produtos vendidos e o lucro bruto apresentaram redução de 6% e 11% respectivamente, devido ao menor faturamento e às menores verbas da indústria no período. Nos 9M18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 1.073 milhões e o lucro bruto R\$ 456 milhões, 15% e 4%, acima dos 9M17, respectivamente.

Despesas gerais, administrativas e de vendas - Total de R\$ 178 milhões (+13%), reflexo do maior número de lojas. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 4% na comparação anual, principalmente em função das iniciativas implementadas para ganho de produtividade e redução de despesas, com destaque para as despesas com pessoal, logística e taxas de cartões. Em relação ao 2T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 3%, em virtude das menores despesas com pessoal, publicidade e propaganda e logística, apesar do maior número médio de lojas. Nos 9M18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 531 milhões, 16% superiores aos 9M17.

EBITDA - Total de R\$ 24 milhões negativo em comparação ao reportado de R\$ 7 milhões no 3T17, em função (i) dos efeitos pontuais relacionados à substituição do sistema de varejo e da baixa de investimentos fruto da maior depuração de lojas, impactando o resultado em R\$ 26 milhões, e (ii) do maior número de lojas novas e em maturação. Excluindo os efeitos pontuais, o EBITDA seria de R\$ 2 milhões no 3T18. Em relação ao 2T18, o EBITDA reduziu devido aos efeitos pontuais mencionados acima - estabilização do sistema de varejo e baixa de investimentos. Nos 9M18, o EBITDA da Extrafarma foi R\$ 31 milhões negativo, ante um EBITDA de R\$ 20 milhões nos 9M17.

Investimentos - Foram investidos R\$ 29 milhões direcionados, principalmente, à abertura de novas lojas e tecnologia da informação, com foco na melhoria da experiência de compra e excelência operacional. Nos 9M18, a Extrafarma investiu R\$ 68 milhões.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 32.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 32.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e as bonificações postecipadas são reconhecidas como redutoras da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23 - Programa de fidelidade.

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23 - Taxa inicial de franquia.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros não classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 33.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide notas explicativas nº 5 e 33 – Risco de crédito de clientes), levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais (vide notas explicativas nº 3.b e 12). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 12). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

h. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 20), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 13).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

i. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 13 e 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 15.i).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 34.c).

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 14):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 14.i).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14 itens i e v).

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15.j).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 20). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 19.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

1) Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de setembro de 2018 totalizou R\$ 92.219 de ganho cambial (R\$ 53.061 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2017), vide nota explicativa nº 25.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar Soberano	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29, as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 20 de agosto de 2018, o Banco Central da Venezuela colocou em vigência a reconversão monetária (eliminação de cinco zeros da moeda) e o Bolívar Soberano. A mudança implica na alteração da escala monetária e de tudo o que é expresso em bolívares para simplificar as transações comerciais e registros contábeis, sendo o Bolívar Soberano negociado em 30 de setembro de 2018 à taxa de 62,17 VEF/US\$ para venda e 62,01 VEF/US\$ para compra.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela e da incerteza de realização dos ativos pela controladora Oxiteno S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno S.A."), a administração da Sociedade reconheceu a provisão ao valor recuperável dos ativos da controlada Oxiteno Andina no montante de R\$ 6.836, conforme demonstrado abaixo:

<u>Ativo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.484
Contas a receber de clientes, líquidas	637
Estoques, líquidos	1.368
Demais contas a receber	147
	<u>4.636</u>
<u>Ativo não circulante</u>	
Imobilizado, líquido	2.199
Intangível, líquido	1
	<u>2.200</u>
Total da provisão ao valor recuperável	<u><u>6.836</u></u>

2) Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado no período de nove meses findo em 30 setembro de 2018 totalizou R\$ 7.916 (ganho de R\$ 2.667 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29, as características do ambiente econômico da Argentina indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária a partir de julho de 2018. A controlada Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda. atua como escritório comercial e o efeito da economia da Argentina se tornar hiperinflacionária não impacta as informações trimestrais da Sociedade.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 15 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferido (notas explicativas nº 2.m e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 14), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 20), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 21), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 19.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

v. *Combinação de negócios*

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

	CPC <u>correspondente</u>
<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i>. 	48
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. 	47

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações dos impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47), alinhadas as novas práticas contábeis introduzidas pelo IASB e reclassificações e ajustes imateriais para melhor apresentação das informações trimestrais: i) a receita de vendas anteriormente reconhecida pela emissão da nota fiscal, foi ajustada para reconhecimento pela entrega dos produtos e ii) segregação de impostos sobre vendas e compras entre receita e custo.

(1) adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fundos de investimentos são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado (vide nota explicativa nº 2.c).

31/12/2017					
Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39		Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9			
Categoria	Valor contábil	Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	147.926	-	-	147.926	
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.821.605	-	4.821.605	-	
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	32.473	32.473	-	-	
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	68.742	-	2.720	66.022	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	1.076.849	1.076.849	-	-	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	7.449	-	-	7.449	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	129.131	-	129.131	-	
Instrumentos de proteção cambial e de juros	85.753	85.753	-	-	
Total	6.369.928	1.195.075	4.953.456	221.397	

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide nota explicativa nº 2.d).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

(2) adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificou impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção desta norma (vide nota explicativa nº 2.a).

Em relação a apresentação na demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, alocadas até 31 de dezembro de 2017 na rubrica com vendas e comerciais, devem ser apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à despesa com amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga.

A Sociedade e suas controladas adotaram retrospectivamente os impactos dos IFRS 9 e 15.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O quadro a seguir sumariza os impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47), reclassificação e ajustes imateriais:

Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Ativo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.002.004	-	-	-	5.002.004
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.283.498	-	-	-	1.283.498
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes, líquidas	4.337.118	(157.198)	-	(32.026)	4.147.894
Estoques, líquidos	3.491.879	-	-	21.698	3.513.577
Impostos a recuperar, líquidos	881.584	-	-	-	881.584
Dividendos a receber	11.137	-	-	-	11.137
Demais contas a receber	44.025	-	-	-	44.025
Despesas antecipadas, líquidas	150.046	-	-	-	150.046
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	-	-	456.213	-	456.213
Total do ativo circulante	15.201.291	(157.198)	456.213	(10.328)	15.489.978
Não circulante					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	84.426	-	-	-	84.426
Contas a receber de clientes, líquidas	329.991	-	-	-	329.991
Sociedades relacionadas	490	-	-	-	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545.611	53.447	12.150	2.853	614.061
Impostos a recuperar, líquidos	313.242	-	-	-	313.242
Depósitos judiciais	822.660	-	-	-	822.660
Ativo de indenização - combinação de negócios	202.352	-	-	-	202.352
Demais contas a receber	7.918	-	-	-	7.918
Despesas antecipadas, líquidas	346.886	-	-	-	346.886
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	-	-	1.046.147	-	1.046.147
Total do ativo realizável a longo prazo	2.653.576	53.447	1.058.297	2.853	3.768.173
Investimentos em:					
Empreendimentos controlados em conjunto	122.061	-	-	-	122.061
Coligadas	25.341	-	-	-	25.341
Outros	2.792	-	-	-	2.792
	150.194	-	-	-	150.194
Imobilizado, líquido	6.607.788	-	-	26.740	6.634.528
Intangível, líquido	3.727.473	-	(1.538.095)	(26.740)	2.162.638
Total do ativo não circulante	13.139.031	53.447	(479.798)	2.853	12.715.533
Total do ativo	28.340.322	(103.751)	(23.585)	(7.475)	28.205.511

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017**

Passivo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.819.766	-	-	-	1.819.766
Debêntures	1.681.199	-	-	-	1.681.199
Arrendamento mercantil financeiro	2.710	-	-	-	2.710
Fornecedores	2.155.498	-	-	-	2.155.498
Salários e encargos sociais	388.118	-	-	-	388.118
Obrigações tributárias	225.829	-	-	(4.300)	221.529
Dividendos propostos a pagar	338.845	-	-	-	338.845
Imposto de renda e contribuição social a pagar	86.836	-	-	-	86.836
Benefícios pós-emprego	30.059	-	-	-	30.059
Provisão para retirada de tanques	4.799	-	-	-	4.799
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	64.550	-	-	-	64.550
Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	72.216	-	-	-	72.216
Demais contas a pagar	125.150	-	-	-	125.150
Receita diferida	18.413	-	-	-	18.413
Total do passivo circulante	7.013.988	-	-	(4.300)	7.009.688
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	6.113.545	-	-	-	6.113.545
Debêntures	3.927.569	-	-	-	3.927.569
Arrendamento mercantil financeiro	45.805	-	-	-	45.805
Sociedades relacionadas	4.185	-	-	-	4.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.524	-	-	-	38.524
Benefícios pós-emprego	207.464	-	-	-	207.464
Provisão para retirada de tanques	59.975	-	-	-	59.975
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	861.246	-	-	-	861.246
Receita diferida	12.896	-	-	-	12.896
Bônus de subscrição - indenização	171.459	-	-	-	171.459
Demais contas a pagar	162.834	-	-	-	162.834
Total do passivo não circulante	11.605.502	-	-	-	11.605.502
Patrimônio líquido					
Capital social	5.171.752	-	-	-	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	536	-	-	-	536
Reserva de capital	549.778	-	-	-	549.778
Ações em tesouraria	(482.260)	-	-	-	(482.260)
Reserva de reavaliação de controladas	4.930	-	-	-	4.930
Reservas de lucros	3.760.079	(103.468)	(23.585)	(3.175)	3.629.851
Ajustes de avaliação patrimonial	159.643	-	-	-	159.643
Ajustes acumulados de conversão	53.061	-	-	-	53.061
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	163.742	-	-	-	163.742
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	9.381.261	(103.468)	(23.585)	(3.175)	9.251.033
Acionistas não controladores de controladas	339.571	(283)	-	-	339.288
Total do patrimônio líquido	9.720.832	(103.751)	(23.585)	(3.175)	9.590.321
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.340.322	(103.751)	(23.585)	(7.475)	28.205.511

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Demonstração do resultado findo em 30 de setembro de 2017**

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
Receita líquida de vendas e serviços	58.433.515	-	(352.756)	(198.341)	57.882.418
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(53.086.325)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>198.341</u>	<u>(52.887.984)</u>
Lucro bruto	5.347.190	-	(352.756)	-	4.994.434
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(2.153.701)	(55.798)	352.472	-	(1.857.027)
Gerais e administrativas	(1.160.567)	-	-	-	(1.160.567)
Resultado na venda de bens	(754)	-	-	-	(754)
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>78.657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.657</u>
Lucro operacional	2.110.825	(55.798)	(284)	-	2.054.743
Receitas financeiras	451.265	-	-	-	451.265
Despesas financeiras	<u>(806.118)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(806.118)</u>
Resultado financeiro líquido	(354.853)	-	-	-	(354.853)
Equivalência patrimonial	<u>16.111</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.111</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.772.083</u>	<u>(55.798)</u>	<u>(284)</u>	<u>-</u>	<u>1.716.001</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(688.489)	-	-	-	(688.489)
Diferido	89.538	19.296	97	-	108.931
	<u>(598.951)</u>	<u>19.296</u>	<u>97</u>	<u>-</u>	<u>(579.558)</u>
Lucro líquido do período	<u>1.173.132</u>	<u>(36.502)</u>	<u>(187)</u>	<u>-</u>	<u>1.136.443</u>
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.169.416	(36.502)	(156)	-	1.132.758
Acionistas não controladores de controladas	3.716	-	(31)	-	3.685
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do período) - R\$					
Básico	2,1585				2,0908
Diluído	2,1427				2,0756

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Demonstrações dos fluxos de caixa findo em 30 de setembro de 2017**

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Re classificação	Após adoção IFRS 9 e 15
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período	1.173.132	(36.502)	(187)	-	1.136.443
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial	(16.111)	-	-	-	(16.111)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	346.188	-	346.188
Depreciações e amortizações	869.504	-	(352.472)	-	517.032
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	9.807	-	-	-	9.807
Despesas com retirada de tanques	(1.526)	-	-	1.526	-
Juros, variações monetárias e cambiais	589.802	-	-	-	589.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(89.538)	(19.296)	(97)	-	(108.931)
Resultado na venda de bens	754	-	-	-	754
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	102.028	102.028
Provisão para perda em estoques	-	-	-	5.087	5.087
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	8.210	8.210
Demais provisões e ajustes	(514)	-	-	-	(514)
	<u>2.535.310</u>	<u>(55.798)</u>	<u>(6.568)</u>	<u>116.851</u>	<u>2.589.795</u>
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	(379.804)	55.798	(11.814)	(102.028)	(437.848)
Estoques	(199.479)	-	-	(5.087)	(204.566)
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(14.043)	-	(14.043)
Outros itens do ativo circulante	206.752	-	-	-	206.752
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Seguro e demais contas a pagar	(15.503)	-	-	(1.526)	(17.029)
Outros itens do passivo circulante	540.266	-	-	-	540.266
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	25.856	-	25.856
Outros itens do ativo não circulante	(263.108)	-	-	-	(263.108)
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	9.265	-	-	(8.210)	1.055
Outros itens do passivo não circulante	(63.795)	-	-	-	(63.795)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(389.409)	-	(389.409)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(606.082)	-	-	-	(606.082)
	<u>1.763.822</u>	<u>-</u>	<u>(395.978)</u>	<u>-</u>	<u>1.367.844</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de intangível	(559.873)	-	395.978	-	(163.895)
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	(16.000)	-	-	-	(16.000)
Outros itens das atividades de investimentos	(760.557)	-	-	-	(760.557)
	<u>(1.336.430)</u>	<u>-</u>	<u>395.978</u>	<u>-</u>	<u>(940.452)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos					
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos					
	<u>228.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>228.583</u>
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira					
	23.086	-	-	-	23.086
Aumento em caixa e equivalentes de caixa					
	<u>679.061</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>679.061</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.274.158	-	-	-	4.274.158
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.953.219	-	-	-	4.953.219

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de setembro de 2018:

	CPC	Vigente em
	<u>correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
<ul style="list-style-type: none"> Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. 	06 (R2)	2019

A Sociedade e suas controladas estão quantificando os potenciais efeitos desse pronunciamento e espera-se impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e da dívida referente aos contratos de arrendamento mercantil dos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda devido ao número de contratos de arrendamento mercantil operacional das controladas (vide nota explicativa nº 34.c).

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 7 de novembro de 2018.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições

a) Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b) Participações societárias**

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/09/2018		31/12/2017	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (nota explicativa nº 3.d)	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. A associação é formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Em fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e publicada no Diário Oficial da União. Em 1º de dezembro de 2017, a associação foi consumada, através do aporte da controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) na Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA. A IPP e a Chevron detêm 56% e 44%, respectivamente, do capital da CBLSA.

A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) será concluída em 2018. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 85.264. O ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	Valores	Vida útil	Método de amortização
Direito de uso de marcas	101.125	24 anos	Linear
Carteira e relacionamento com clientes	10.360	28 anos	Linear
Total	<u>111.485</u>		

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição (1º de dezembro de 2017), sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	73.316	Fornecedores	33.453
Contas a receber	157.016	Salários e encargos sociais	18.251
Estoques	113.131	Obrigações tributárias	20.089
Impostos a recuperar	5.595	Demais contas a pagar	28.743
Demais contas a receber	15.497		100.536
	<u>364.555</u>		
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Sociedades relacionadas	7.077	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352
Ativo de indenização	202.352	Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.371
Depósitos judiciais	4.095	Benefícios pós-emprego	44.478
Demais contas a receber	5.257		289.201
Imobilizado	175.824		
Intangível	121.429		
	<u>516.034</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>880.589</u>	Total dos passivos assumidos	<u>389.737</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	85.264	Participação de acionistas não controladores	215.974
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>965.853</u>	Valor provisório da aquisição	360.142

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor provisório da aquisição	360.142
Total dos ativos adquiridos	(880.589)
Total dos passivos assumidos	389.737
Participação de acionistas não controladores	<u>215.974</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.i)	<u>85.264</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda., que já vem sendo operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi R\$ 103.373. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. Em 2 de março de 2018, o CADE emitiu um certificado trânsito em julgado, atestando a aprovação da operação. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação.

A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) será concluída em 2018. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 797.

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.662	Fornecedores	14
Impostos a recuperar	3.830		<u>14</u>
Demais contas a receber	-		
	<u>7.492</u>		
 <u>Ativo não circulante</u>		Contraprestação contingente	2.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.054	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	141
Depósitos judiciais	72		
Ativo de indenização	141		
Imobilizado	<u>96.852</u>		
	98.119		
 Total dos ativos adquiridos	 <u>105.611</u>	 Total dos passivos assumidos	 <u>3.035</u>
 Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	 797		
 Total dos ativos adquiridos e do ágio	 <u>106.408</u>	 Valor da aquisição	 103.373

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor da aquisição	103.373
Total dos ativos adquiridos	(105.611)
Total dos passivos assumidos	<u>3.035</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.i)	<u><u>797</u></u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados adquiridos, vide a nota explicativa nº 13.

e) Aquisição não efetivada

Em 17 de novembro de 2016, a Sociedade por meio da controlada Companhia Ultragas S.A. (“Cia. Ultragas”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) por R\$ 2.665 milhões, sujeito a correção pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes, decidiu rejeitar a transação. Devido à não consumação da transação, a Cia. Ultragas pagou uma multa contratual de R\$ 286.160 em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) em 9 de março de 2018 (vide nota explicativa nº 29).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.428.784 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 6.369.928 em 31 de dezembro de 2017) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	335	143	105.669	73.128
Em moeda estrangeira	-	-	132.416	74.798
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	155.305	93.031	3.480.502	4.821.605
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	33.069	32.473
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>155.640</u>	<u>93.174</u>	<u>3.751.656</u>	<u>5.002.004</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	551.104	21.657	2.297.142	1.153.040
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	112.845	129.131
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	267.141	85.753
Total de aplicações financeiras	<u>551.104</u>	<u>21.657</u>	<u>2.677.128</u>	<u>1.367.924</u>
Circulante	551.104	21.657	2.484.873	1.283.498
Não circulante	-	-	192.255	84.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

A composição das contas a receber e financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Reapresentado</u>
Cientes nacionais	4.609.593	4.025.726
Financiamentos a clientes – Ipiranga (i)	794.800	675.236
Cientes estrangeiros	298.127	229.701
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(528.645)</u>	<u>(452.778)</u>
	<u>5.173.875</u>	<u>4.477.885</u>
Circulante	4.796.346	4.147.894
Não circulante	377.529	329.991

(i) Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	<u>Vencidos</u>					
		<u>A vencer</u>	<u>< 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>
30/09/2018	5.702.520	4.681.474	141.203	77.367	61.752	134.878	605.846
31/12/2017	4.930.663	4.070.523	200.939	46.491	48.197	87.812	476.701

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	295.580
Adoção do IFRS 9	157.198
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	<u>452.778</u>
Adições	93.796
Baixas	(18.566)
Oxitenno Andina (*)	637
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>528.645</u>

(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33 – Risco de crédito de clientes.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.389.052	(978)	1.388.074	1.626.449	(3.074)	1.623.375
Produtos acabados	521.587	(29.895)	491.692	500.223	(18.495)	481.728
Produtos em elaboração	1.361	-	1.361	1.637	-	1.637
Matérias-primas	360.819	(2.446)	358.373	492.029	(1.835)	490.194
Gás liquefeito de petróleo - GLP	101.675	(5.761)	95.914	102.748	(5.761)	96.987
Materiais de consumo e outros itens para revenda	134.573	(4.185)	130.388	160.024	(5.380)	154.644
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	522.508	(6.796)	515.712	417.726	(2.447)	415.279
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	157.736	(2.719)	155.017	222.808	-	222.808
Imóveis para revenda	27.489	(107)	27.382	27.032	(107)	26.925
	3.216.800	(52.887)	3.163.913	3.550.676	(37.099)	3.513.577

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.099
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	51
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	14.369
Oxiten Andina ^(*)	1.368
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>52.887</u>

^(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiten Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Ajuste ao valor de realização	21.236	19.817
Obsolescência e outras perdas	<u>31.651</u>	<u>17.282</u>
Total	<u>52.887</u>	<u>37.099</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
ICMS	-	-	659.921	580.630
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(71.733)	(72.076)
PIS e COFINS	-	-	357.384	348.333
IRPJ e CSLL	93.054	81.755	357.193	295.172
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	-	-	32.732	27.180
Outros	-	-	31.392	15.587
Total	93.054	81.755	1.366.889	1.194.826
Circulante	44.369	33.070	948.125	881.584
Não circulante	48.685	48.685	418.764	313.242

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.076
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	(343)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>71.733</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	773.301	-	41.422
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5.215	-
Total em 30 de setembro de 2018	<u>773.301</u>	<u>5.215</u>	<u>41.422</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	-	69.322
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	4.003	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.585	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	-	2.768	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>762.562</u>	<u>7.439</u>	<u>4.003</u>	
Total em 30 de setembro de 2017				<u>69.322</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se ao Plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.339
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.926	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	5.256	139
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	12.190
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	-	-	117
Outros	490	1.166	-	-
Total em 30 de setembro de 2018	<u>490</u>	<u>4.092</u>	<u>5.256</u>	<u>13.785</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.489
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	1.067	31
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	22.199
Outros	490	1.239	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>490</u>	<u>4.185</u>	<u>1.067</u>	<u>23.719</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais” e “fornecedores nacionais”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais da Ultrapar.

	Operações comerciais		
	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	5	8.986	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	779.536	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	4.144	766	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	-	1.117
Total em 30 de setembro de 2018	<u>4.149</u>	<u>789.288</u>	<u>1.117</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	5	13.459
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	694.497
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	5.394	802
Total em 30 de setembro de 2017	<u>5.399</u>	<u>708.758</u>

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais da Ultrapar.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 15.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo, que foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 19.b).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração de curto prazo	28.673	35.011
Remuneração em ações (*)	(336)	4.384
Benefício pós-emprego	1.709	2.539
Remuneração de longo prazo	-	(6.459)
Benefício de rescisão do cargo	905	8.934
	<u>30.951</u>	<u>44.409</u>
Total	<u>30.951</u>	<u>44.409</u>

(*) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, em períodos de 5 a 7 anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(2.522)	6.856
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(7.523)	9.624
9 de dezembro de 2014	470.000	2019 a 2021	50,64	32.829	(21.373)	11.456
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(4.670)	1.329
7 de novembro de 2012	173.332	2017 a 2019	42,90	16.731	(15.866)	865
14 de dezembro de 2011	30.000	2016 a 2018	31,85	4.832	(4.801)	31
	<u>1.046.732</u>			<u>86.916</u>	<u>(56.755)</u>	<u>30.161</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a amortização de R\$ 4.774 (R\$ 14.056 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) foi registrada como despesa geral e administrativa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.183.398
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(136.666)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>1.046.732</u>

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da sua propriedade, com períodos de 3 a 6 anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas. As informações contidas nesse plano de remuneração refletem ambos os planos.

Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos Programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da sua propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(2.108)	10.534
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	42.858	2020 a 2022	76,38	5.485	(1.313)	4.172
Restritas e Performance	9 de abril de 2018	103.592	2021 a 2023	68,70	13.275	(1.733)	11.542
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	39,16	4.321	-	4.321
Restritas	24 de setembro de 2018	40.000	2024	36,80	2.030	-	2.030
		<u>386.450</u>			<u>37.753</u>	<u>(5.154)</u>	<u>32.599</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 4.369 em relação ao Plano.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	115.062	103.092
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	152.623	145.767
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	85.251	81.199
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	170.768	40.755
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	13.243	14.234
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.641	74.972
Provisão para retirada de tanques	-	-	16.385	19.111
Demais provisões	334	29.158	128.518	158.952
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (9.d)	416	-	326.936	201.471
Total	750	29.158	1.084.427	839.553
Compensações de saldos passivos	(750)	-	(338.434)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no ativo	-	29.158	745.993	614.061
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.014	2.109
Arrendamento mercantil	-	-	2.985	3.361
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	109.553	44.440
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	179.233	131.811
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	113.338	45.414
Diferenças temporárias de controladas no exterior	205	-	1.645	955
Demais provisões	3.248	-	3.357	35.926
Total	3.453	-	412.125	264.016
Compensações de saldos ativos	(750)	-	(338.434)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no passivo	2.703	-	73.691	38.524

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Saldo inicial	507.086	409.699
Adoção do IFRS 9 e 15	67.849	42.275
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(28.180)	108.931
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	159.852	(29.288)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (notas explicativas nº 3.c e 3.d)	(38.017)	-
Outros	3.712	1.071
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>672.302</u>	<u>532.688</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	417	178.612
De 1 a 2 anos	111	161.438
De 2 a 3 anos	111	185.657
De 3 a 5 anos	111	182.176
De 5 a 7 anos	-	239.981
De 7 a 10 anos	-	136.563
	<hr/>	<hr/>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>750</u>	<u>1.084.427</u>

O estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis da Extrafarma, para a realização de ativos fiscais diferidos, foi examinado pelo Conselho Fiscal em 20 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de fevereiro de 2018, levando-se em consideração a implementação das ações propostas pela administração da controlada, dentre elas, a reestruturação operacional e a expansão de lojas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	91.538	(14.084)	970.157	1.699.890
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(31.123)	4.789	(329.853)	(577.963)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(213)	(499)	(54.667)	(38.879)
Receitas não tributáveis (ii)	13	1	22.837	833
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	7.261	8.381
Juros sobre capital próprio (iv)	(538)	(550)	(538)	(550)
Demais ajustes	-	17	(45.310)	1.610
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(31.861)	3.758	(400.270)	(606.568)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	76.034	27.010
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(31.861)	3.758	(324.236)	(579.558)
Corrente	-	(2.661)	(296.056)	(688.489)
Diferido	(31.861)	6.419	(28.180)	108.931
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34,8	26,7	33,4	34,1

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2027
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro ⁽²⁾	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ Em 9 de maio de 2018, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) protocolou requerimento na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75% por mais 10 anos, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Por meio de laudo constitutivo expedido em 21 de setembro de 2018, a SUDENE aprovou o incentivo até 2027. Referido laudo será encaminhado à Secretária da Receita Federal (“SRF”), para fins de homologação.

⁽²⁾ Em 3 de julho de 2017, a controlada Bahiana, protocolou pleito na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75%, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Por meio de Laudo Constitutivo expedido em 7 de novembro de 2017, a SUDENE aprovou o incentivo até 2026. Referido laudo foi encaminhado à SRF em 27 de novembro de 2017, para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da SRF, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2018, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 149.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.084.193 (R\$ 598.183 em 31 de dezembro de 2017) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.061.087 (R\$ 576.949 em 31 de dezembro de 2017), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 326.936 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 201.471 em 31 de dezembro de 2017).

A partir de abril de 2018, a controlada Extrafarma deixou de constituir tributos diferidos devido a expectativa de realização do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de CSLL superarem o prazo de 10 anos. O saldo de prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de CSLL sem tributos diferidos constituídos totalizam R\$ 116.500.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	30/09/2018	31/12/2017
Aluguéis ⁽¹⁾	405.602	329.421
Propaganda e publicidade	53.132	67.321
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	26.099	37.591
Prêmios de seguros	25.202	39.629
Manutenção de <i>software</i>	14.348	8.237
Demais despesas antecipadas	22.659	14.733
	<u>547.042</u>	<u>496.932</u>
Circulante	150.572	150.046
Não circulante	396.470	346.886

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. A movimentação é demonstrada abaixo:

	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Saldo inicial	-	-
Adoção do IFRS 15	1.502.360	1.438.084
Saldo inicial - reapresentado	<u>1.502.360</u>	<u>1.438.084</u>
Adições	279.381	389.409
Amortizações	(282.430)	(346.188)
Transferências	(22)	(11.813)
Saldo final	<u>1.499.289</u>	<u>1.469.492</u>
Circulante	487.206	462.359
Não circulante	1.012.083	1.007.133

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***12 Investimentos****a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto
(Controladora)**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/09/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
					Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.256.294	5.968.205	17.245.905	3.038.471	640.292
Passivo	2.506	3.404.220	11.889.637	3.030.648	570.455
Patrimônio líquido	1.253.788	2.563.985 (*)	5.356.268 (*)	7.823	69.837
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.020.297	54.931.643	-	1.546.283
Lucro (prejuízo) líquido	88.375	201.695 (*)	297.056 (*)	(5.298)	9.046
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
	31/12/2017 - Reapresentado				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.167.912	5.434.041	17.092.490	2.472.924	517.439
Passivo	2.486	2.752.027	11.684.775	2.459.803	352.583
Patrimônio líquido	1.165.426	2.682.014 (*)	5.407.715 (*)	13.121	164.856
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2017 - Reapresentado				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	892.626	48.671.648	-	1.112.841
Lucro líquido	54.077	154.117 (*)	905.183(*)	3.588	78.670
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.165.430	2.684.541	5.535.397	13.121	9.398.489	54.739	9.453.228
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(4)	(2.526)	(127.698)	-	(130.228)	-	(130.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	1.165.426	2.682.015	5.407.699	13.121	9.268.261	54.739	9.323.000
Equivalência patrimonial	88.375	201.695	297.064	(5.298)	581.836	1.265	583.101
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(97.849)	(353.824)	-	(451.673)	(31.174)	(482.847)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(3)	-	(3)	-	(3)
Instrumento patrimonial outorgado	46	186	2.472	-	2.704	-	2.704
Ajustes de avaliação patrimonial	(59)	(261.500)	3.140	-	(258.419)	(1.641)	(260.060)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	39.438	(280)	-	39.158	-	39.158
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.253.788	2.563.985	5.356.268	7.823	9.181.864	23.189	9.205.053

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(111)	(3.253)	(79.063)	-	(82.427)	-	(82.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	1.194.628	2.546.606	4.355.891	10.548	8.107.673	45.409	8.153.082
Equivalência patrimonial	54.077	154.117	905.183	3.588	1.116.965	26.119	1.143.084
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.914)	(100.118)	(342.021)	-	(548.053)	(20.100)	(568.153)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(85)	-	(85)	-	(85)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	34.248	15.510	-	49.758	915	50.673
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	1.566	-	-	1.566	-	1.566
Saldo em 30 de setembro de 2017 - Reapresentado	1.142.791	2.636.419	4.934.478	14.136	8.727.824	52.343	8.780.167

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamentos nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de setembro de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	122.061
Aporte de capital	-	-	24.000	24.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.641)	-	(1.641)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(31.174)	-	(31.174)
Equivalência patrimonial	1.478	1.265	(13.780)	(11.037)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>7.574</u>	<u>23.189</u>	<u>71.446</u>	<u>102.209</u>

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.518	45.409	66.215	116.142
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	915	-	915
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(20.100)	-	(20.100)
Equivalência patrimonial	1.336	26.119	(14.161)	13.294
Saldo em 30 de setembro de 2017	<u>5.854</u>	<u>52.343</u>	<u>68.054</u>	<u>126.251</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/09/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	10.150	487.177	117.731
Ativo não circulante	7.424	153.115	145.028
Passivo circulante	2.154	503.237	119.415
Passivo não circulante	272	67.218	452
Patrimônio líquido	15.148	69.837	142.892
Receita líquida	13.970	1.546.283	41.046
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(9.592)	(1.537.184)	(82.338)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.420)	(53)	13.733
Lucro (prejuízo) líquido	2.958	9.046	(27.559)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/12/2017		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50
	30/09/2017		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	12.240	1.112.841	20.578
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(8.400)	(1.003.713)	(65.495)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.168)	(30.458)	16.596
Lucro (prejuízo) líquido	2.672	78.670	(28.321)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	161.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de agosto de 2018, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos					Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(839)	-	-	-	(206)	(1.045)
Equivalência patrimonial	881	979	(27)	(88)	109	1.854
Saldo em 30 de setembro de 2018	5.140	15.437	3.591	252	480	24.900

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Movimentação dos investimentos					Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(576)	-	-	-	(399)	(975)
Equivalência patrimonial	898	1.067	(11)	(98)	961	2.817
Saldo em 30 de setembro de 2017	<u>6.323</u>	<u>14.048</u>	<u>3.667</u>	<u>(27)</u>	<u>562</u>	<u>24.573</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/09/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.096	41.449	54	37	53
Ativo não circulante	15.559	81.531	10.238	1.046	2.790
Passivo circulante	766	8.371	1	21	25
Passivo não circulante	332	8.694	3.109	302	1.375
Patrimônio líquido	20.557	105.915	7.182	760	1.443
Receita líquida	7.910	42.269	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.068)	(32.211)	(71)	(239)	346
Resultado financeiro e imposto de renda	(196)	(3.567)	17	(22)	(18)
Lucro (prejuízo) líquido	3.646	6.491	(54)	(261)	328
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2017				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

	30/09/2017				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	7.866	39.365	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.261)	(31.599)	(58)	(216)	586
Resultado financeiro e imposto de renda	11	(687)	36	(34)	19
Lucro (prejuízo) líquido	3.616	7.079	(22)	(250)	605
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***13 Imobilizado (Consolidado)**

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações e ajustes	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Mais valia provisória		Saldo em 30/09/2018
										Chevron (i)	Saldo inicial TEAS (ii)	
Custo:												
Terrenos	-	579.174	-	579.174	3.994	-	2.018	(899)	(569)	(2.532)	33.115	614.301
Edificações	30	1.639.867	-	1.639.867	5.246	-	56.328	(2.821)	(5.197)	(1.997)	18.067	1.709.493
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	912.555	-	912.555	5.626	-	78.803	(7.952)	72	-	-	989.104
Máquinas e equipamentos	13	4.721.931	-	4.721.931	83.546	-	162.061	(1.087)	(250.879)	-	60.308	4.775.880
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/ lubrificantes	14	2.721.075	-	2.721.075	73.600	-	85.327	(27.767)	-	8.447	-	2.860.682
Tanques e vasilhames para GLP	7	643.697	49.158	692.855	69.439	-	2.552	(21.791)	-	-	-	743.055
Veículos	6	287.295	-	287.295	21.496	-	10.174	(19.681)	(1.763)	-	-	297.521
Móveis e utensílios	8	266.494	-	266.494	11.520	-	3.264	(583)	(10.004)	(584)	45	270.152
Obras em andamento	-	929.000	-	929.000	577.562	-	(301.740)	(580)	112.317	-	-	1.316.559
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	-	112.167	2.277	-	(102.500)	-	(4.163)	-	-	7.781
Importações em andamento	-	786	-	786	614	-	(1.360)	-	2	-	-	42
Equipamentos de informática	5	353.022	-	353.022	19.287	-	6.115	(1.596)	1.519	(36)	6	378.317
		13.167.063	49.158	13.216.221	874.207	-	1.042	(84.757)	(158.665)	3.298	111.541	13.962.887

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017		Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Mais valia provisória Chevron (i)	Saldo inicial TEAS (ii)	Saldo em 30/09/2018	
		Saldo em 31/12/2017	Reclassificações e ajustes									Reapresentado
Depreciação acumulada:												
Edificações		(724.408)	-	(724.408)	-	(39.750)	10.064	2.605	25.025	-	(4.434)	(730.898)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(475.651)	-	(475.651)	-	(61.027)	(4.591)	3.145	(11)	-	-	(538.135)
Máquinas e equipamentos		(2.980.166)	-	(2.980.166)	-	(199.956)	1.143	516	284.066	-	(10.229)	(2.904.626)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.545.806)	-	(1.545.806)	-	(118.788)	(7.232)	25.207	-	-	-	(1.646.619)
Tanques e vasilhames para GLP		(305.965)	(22.418)	(328.383)	-	(68.919)	(2.347)	12.514	-	-	-	(387.135)
Veículos		(112.200)	-	(112.200)	-	(21.432)	496	12.299	1.888	-	-	(118.949)
Móveis e utensílios		(148.575)	-	(148.575)	-	(13.561)	(292)	411	11.145	-	(20)	(150.892)
Equipamentos de informática		(260.859)	-	(260.859)	-	(22.376)	2.701	1.505	(1.328)	-	(6)	(280.363)
		<u>(6.553.630)</u>	<u>(22.418)</u>	<u>(6.576.048)</u>	<u>-</u>	<u>(545.809)</u>	<u>(58)</u>	<u>58.202</u>	<u>320.785</u>	<u>-</u>	<u>(14.689)</u>	<u>(6.757.617)</u>
Provisão para perdas:												
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	(83)	-	-	-	-	-	-	-	(83)
Edificações		-	-	-	(272) (*)	-	-	-	-	-	-	(272)
Terrenos		(104)	-	(104)	(598) (*)	-	-	-	-	-	-	(702)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(564)	-	(564)	(3.333)	-	-	-	(111)	-	-	(4.008)
Máquinas e equipamentos		(4.724)	-	(4.724)	(1.178) (*)	-	-	-	(374)	-	-	(6.276)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(169)	-	(169)	-	-	-	3	-	-	-	(166)
Obras em andamento		-	-	-	(83) (*)	-	-	-	-	-	-	(83)
Móveis e utensílios		(1)	-	(1)	(68) (*)	-	-	-	-	-	-	(69)
		<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>	<u>(5.532)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(485)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.659)</u>
Custo líquido		<u>6.607.788</u>	<u>26.740</u>	<u>6.634.528</u>	<u>868.675</u>	<u>(545.809)</u>	<u>984</u>	<u>(26.552)</u>	<u>161.635</u>	<u>3.298</u>	<u>96.852</u>	<u>7.193.611</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) Vide nota explicativa nº 3.c.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.d.

^(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas, bases e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***14 Intangível (Consolidado)**

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adoção do IFRS 15	Saldo em 31/12/2017		Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Mais valia provisória Chevron (i)	Saldo inicial TEAS (ii)	Saldo em 30/09/2018
				Reapresentado	Adições							
Custo:												
Ágio (i)	-	1.578.157	-	1.578.157	-	-	-	-	-	(38.409)	797	1.540.545
Software (ii)	5	853.079	-	853.079	178.240	-	(1.500)	(788)	3.878	-	49	1.032.958
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	32.617	-	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	55.069	-	55.069	6.997	-	-	(1.512)	-	-	-	60.554
Fundo de comércio	6	4.273.379	(4.145.189)	128.190	690	-	(350)	-	(19)	10.360	-	138.871
Marcas (v)	-	113.543	-	113.543	-	-	-	-	8.628	-	-	122.171
Direito de uso de marcas (v)	24	-	-	-	-	-	-	-	-	101.125	-	101.125
Outros (vi)	10	40.514	-	40.514	463	-	-	-	1.355	-	-	42.332
		<u>6.946.358</u>	<u>(4.145.189)</u>	<u>2.801.169</u>	<u>186.390</u>	<u>-</u>	<u>(1.850)</u>	<u>(2.300)</u>	<u>13.842</u>	<u>73.076</u>	<u>846</u>	<u>3.071.173</u>
Amortização acumulada:												
Software		(456.799)	-	(456.799)	-	(57.077)	59	18	(2.158)	-	(49)	(516.006)
Tecnologia		(32.541)	-	(32.541)	-	(54)	-	-	-	-	-	(32.595)
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	(21.292)	-	(3.490)	-	1.437	-	-	-	(23.345)
Fundo de comércio		(2.677.057)	2.580.354	(96.703)	-	(7.719)	125	-	-	-	-	(104.297)
Direito de uso de marcas		-	-	-	-	(3.160)	-	-	-	-	-	(3.160)
Outros		(31.196)	-	(31.196)	-	(1.509)	-	-	(9)	-	-	(32.714)
		<u>(3.218.885)</u>	<u>2.580.354</u>	<u>(638.531)</u>	<u>-</u>	<u>(73.009)</u>	<u>184</u>	<u>1.455</u>	<u>(2.167)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(712.117)</u>
Provisão para perdas:												
Software		-	-	-	(1) ^(*)	-	-	-	-	-	-	(1)
Custo líquido		<u><u>3.727.473</u></u>	<u><u>(1.564.835)</u></u>	<u><u>2.162.638</u></u>	<u><u>186.389</u></u>	<u><u>(73.009)</u></u>	<u><u>(1.666)</u></u>	<u><u>(845)</u></u>	<u><u>11.675</u></u>	<u><u>73.076</u></u>	<u><u>797</u></u>	<u><u>2.359.055</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) Vide nota explicativa nº 3.c.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.d.

(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii)

i) O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e apresentam os seguintes saldos:

	Segmento	30/09/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ¹	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
CBLSA ²	Ipiranga	85.264	123.673
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS ³	Ultracargo	797	-
Outros	Oxiteno	583	583
		<u>1.540.545</u>	<u>1.578.157</u>

¹ Inclui R\$ 246.163 na controladora.

² Vide nota explicativa nº 3.c.

³ Vide nota explicativa nº 3.d.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e foi considerado um prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017 variaram de 9,6% a 12,7% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxiteno Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 803,8%.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de graneis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

v) Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

vi) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	12.133	8.738
Despesas com vendas e comerciais	6.966	10.015
Despesas gerais e administrativas	53.910	40.468
	<u>73.009</u>	<u>59.221</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)****a. Composição**

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 30/09/2018 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	3.025.738	2.454.142	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	941.377	788.794	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2018 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	757.465	259.015	US\$	+3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (e)	644.083	330.755	US\$ + LIBOR (i)	+2,1	2019 a 2023
Financiamento externo (c.2 e c.3)	362.521	298.927	US\$+ LIBOR (i)	+2,0	2018 a 2020
Instituições financeiras (e)	132.065	106.745	US\$	+2,9	2019 a 2022
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	112.876	44.515	US\$	+3,1	< 82 dias
Adiantamento de Cambiais Entregues	38.108	26.080	US\$	+3,0	< 70 dias
Instituições financeiras (e)	34.972	27.048	MX\$ (ii)	+9,0	2018
Instituições financeiras (e)	17.171	3.382	MX\$+TIIE (ii)	+1,5	2019
BNDES (d)	3.301	4.460	US\$	+6,5	2018 a 2020
Instituições financeiras (e)	-	593	Bs\$ (vii)		
Total moeda estrangeira	<u>6.069.677</u>	<u>4.344.456</u>			
Moeda nacional:					
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.2 e g.4)	2.838.168	2.836.741	CDI	105,8	2018 a 2022
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.590.652	2.794.272	CDI	107,3	2019 a 2022
Debêntures – 5ª e 6ª emissão (g.6 e g.7)	1.728.735	817.654	CDI	105,3	2023
Debêntures – CRA (g.3 e g.5)	1.404.842	1.380.852	CDI	95,0	2022
Debêntures – CRA (g.3 e g.5) (*)	541.282	554.402	IPCA	+4,6	2024
BNDES (d)	170.879	206.423	TJLP (iii)	+2,4	2018 a 2023
BNDES (d)	56.299	69.422	SELIC (vi)	+2,3	2018 a 2023
FINEP	56.198	32.682	TJLP (iii)	+1,5	2018 a 2023
Arrendamento mercantil financeiro (i)	46.716	48.515	IGP-M (v)	+5,6	2018 a 2031
FINEP	25.814	35.611	R\$	+4,0	2018 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	17.206	28.136	R\$	+8,5	2018 a 2021
BNDES (d)	16.998	26.270	R\$	+6,0	2018 a 2022
FINAME	36	56	TJLP (iii)	+5,7	2018 a 2022
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	-	157.749	CDI		
BNDES EXIM	-	62.754	TJLP (iii)		
BNDES EXIM	-	30.850	SELIC (vi)		
Total moeda nacional	<u>9.493.825</u>	<u>9.082.389</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>15.563.502</u>	<u>13.426.845</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>56.629</u>	<u>163.749</u>			
Total	<u>15.620.131</u>	<u>13.590.594</u>			
Circulante	3.641.597	3.503.675			
Não circulante	11.978.534	10.086.919			

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33 – Contabilidade de proteção).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33).

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de setembro de 2018, a TJLP estava fixada em 6,56% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de setembro de 2018, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (vii) Bs\$ = Bolívar.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	3.295.814
Apropriação de juros	652.916
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(2.303.062)
Pagamento de juros	(514.957)
Variação monetária e cambial	1.002.430
Variação de valor justo	3.516
	15.563.502
Saldo em 30 de setembro de 2018	15.563.502

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/09/2018	31/12/2017
De 1 a 2 anos	993.618	1.826.907
De 2 a 3 anos	1.577.016	894.640
De 3 a 4 anos	2.367.534	1.302.450
De 4 a 5 anos	3.455.830	3.016.406
Mais de 5 anos	3.584.536	3.046.516
	11.978.534	10.086.919

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.j).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33 – Contabilidade de *hedge*: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 415 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 103,9% do CDI (vide nota explicativa nº 33). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
nov/18 (*)	80,0	101,4
jun/21	100,0	105,0
jul/21	60,0	101,8
jul/23	50,0	104,9
set/23	60,0	105,0
set/23	65,0	104,8
Total / custo médio	<u>415,0</u>	<u>103,9 (*)</u>

(*) Em setembro de 2018 a controlada IPP renegociou a termo este financiamento externo alterando seu montante para US\$ 60 milhões e seu vencimento para novembro de 2023. Com a renegociação, o encargo financeiro será de 104,5% do CDI, considerando a contratação de instrumento de proteção.

- 2) A controlada LPG International Inc. possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 3) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragas, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR +2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões
ago/19	10,0
fev/20	10,0
ago/20	10,0
set/20	20,0
fev/21	10,0
mar/22	30,0
out/22	40,0
mar/23	30,0
Total	<u>160,0</u>

Os recursos estão sendo utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoilação no Texas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de setembro de 2018):

Vencimento	
fev/19	168.367
mai/19	1.409.128
mai/20	337.719
mai/21	337.719
mai/22	<u>337.719</u>
Total	<u>2.590.652</u>

g. Debêntures

- 1) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 2) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 3) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,7%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 5) Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 6) Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries únicas de 730.384 e 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1º de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,33%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 7) Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de setembro de 2018).

Vencimento	
dez/18	815.116
mai/19	177.127
mai/20	165.642
mai/21	165.642
abr/22	666.925
jul/22	1.514.640
out/22	737.917
mar/23	1.728.735
abr/24	337.475
out/24	<u>203.808</u>
Total	<u>6.513.027</u>

h. Nota de crédito à exportação

A nota de crédito à exportação da controlada Oxiteno Nordeste, com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente, foi liquidada na data do seu vencimento.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro**

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	14.107	15.732
Financiamento (valor presente)	<u>46.716</u>	<u>48.515</u>
Circulante	2.815	2.710
Não circulante	43.901	45.805

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 1 ano	5.124	5.113
De 1 a 2 anos	5.124	5.113
De 2 a 3 anos	5.124	5.113
De 3 a 4 anos	5.124	5.113
De 4 a 5 anos	5.124	5.113
Mais de 5 anos	<u>38.853</u>	<u>42.611</u>
Total	<u>64.473</u>	<u>68.176</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***j. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2017	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/09/2018
Debêntures (g)	0,2	44.709	3.740	(7.137)	41.312
Notas no mercado externo (b)	0,0	15.298	-	(1.035)	14.263
Banco do Brasil (f)	0,2	8.065	-	(3.397)	4.668
Financiamentos externos (c)	0,1	1.213	-	(721)	492
Outros	0,2	2.801	366	(365)	2.802
Total		72.086	4.106	(12.655)	63.537

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	9.928	9.838	9.850	8.011	1.988	1.697	41.312
Notas no mercado externo (b)	1.444	1.525	1.610	1.700	1.795	6.189	14.263
Banco do Brasil (f)	3.377	648	441	202	-	-	4.668
Financiamento externo (c)	306	186	-	-	-	-	492
Outros	819	1.028	519	382	54	-	2.802
Total	15.874	13.225	12.420	10.295	3.837	7.886	63.537

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 69.019 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 66.337 em 31 de dezembro de 2017) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 11.045.120 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 9.587.971 em 31 de dezembro de 2017).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 231.455 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 237.537 em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, a Sociedade presta garantias relacionadas ao fornecimento de GLP pela Petrobras no montante de até R\$ 45 milhões. Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade não possuía garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP (R\$ 81.046 em 31 de dezembro de 2017).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 3.214 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2017), com vencimentos de até 30 dias. Até 30 de setembro de 2018, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 80 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

16 Fornecedores (Consolidado)

	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	1.830.966	1.973.668
Fornecedores estrangeiros	<u>290.367</u>	<u>181.830</u>
	<u><u>2.121.333</u></u>	<u><u>2.155.498</u></u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	30/09/2018	31/12/2017
Provisões sobre folha de pagamento	241.271	179.120
Participação nos lucros, bônus e prêmios	116.195	125.006
Encargos sociais	50.487	64.524
Outros	13.311	19.468
	<u>421.264</u>	<u>388.118</u>

18 Obrigações tributárias (Consolidado)

	30/09/2018	31/12/2017 Reapresentado
ICMS	169.503	128.571
PIS e COFINS	23.097	25.319
PERT (*)	1.832	19.584
IVA das controladas no exterior	20.954	17.992
ISS	18.141	11.211
Outros	20.145	18.852
	<u>253.672</u>	<u>221.529</u>

(*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, as controladas contribuíram com R\$ 18.262 (R\$ 18.553 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de setembro de 2018 atingiu 8.049 participantes ativos e 271 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2017, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	30/09/2018	31/12/2017
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	105.430	99.767
Multa FGTS	85.409	81.831
Gratificação	42.557	40.254
Seguro de vida ⁽¹⁾	16.706	15.671
	<hr/>	<hr/>
Total	250.102	237.523
	<hr/>	<hr/>
Circulante	28.619	30.059
Não circulante	221.483	207.464

⁽¹⁾ somente aplicável à IPP, IpiLubs e CBLSA.

20 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.774
Adições (novos tanques)	238
Gastos com tanques retirados	(10.462)
Despesa com atualização	1.971
	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2018	56.521
	<hr/>
Circulante	4.411
Não circulante	52.110

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/09/2018
IRPJ e CSLL (a.1.1)	515.829	-	-	12.490	528.319
PIS e COFINS (a.1.2)	34.927	-	(5.831)	676	29.772
ICMS	111.784	1.470	(3.070)	314	110.498
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	89.296	7.067	(5.059)	37	91.341
Trabalhistas (a.3.1)	82.425	18.658	(9.491)	1.348	92.940
IPI	78.067	-	-	-	78.067
Outras	13.468	827	(347)	752	14.700
Total	925.796	28.022	(23.798)	15.617	945.637
Circulante	64.550				70.373
Não circulante	861.246				875.264

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Tributários	709.627	659.062
Trabalhistas	71.202	71.074
Cíveis e outros	87.411	92.524
Total – ativo não circulante	868.240	822.660

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 496.173 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 483.485 em 31 de dezembro de 2017). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA"), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro, exceto para a Oxiteno S.A., cujo trânsito em julgado ocorreu e a controlada está realizando o levantamento dos valores para avaliação da probabilidade de realização e reconhecimento de um possível ativo contingente.

a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 91.341 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 89.296 em 31 de dezembro de 2017).

a.3) Provisões trabalhistas

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 92.940 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 82.425 em 31 de dezembro de 2017) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.781.606 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 2.576.583 em 31 de dezembro de 2017).

b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.880.572 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 1.709.435 em 31 de dezembro de 2017), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 167.034 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 166.003 em 31 de dezembro de 2017).

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 758.638 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 618.774 em 31 de dezembro de 2017). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 366.390 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 307.255 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$ 173.905 (R\$ 121.891 em 31 de dezembro de 2017) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 124.445 (R\$ 113.999 em 31 de dezembro de 2017); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 181.459 (R\$ 149.171 em 31 de dezembro de 2017) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 660.414 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 645.868 em 31 de dezembro de 2017) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1) A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 192.108 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 187.027 em 31 de dezembro de 2017), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 628.622 totalizando 3.192 processos em 30 de setembro de 2018 (R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 31 de dezembro de 2017), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.821 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 32.315 em 31 de dezembro de 2017). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser paga em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, a ser paga em uma única parcela, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3) A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville/SC e na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Em 30 de setembro de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 30 de setembro de 2018.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Quando as negociações com o MPE e MPF forem concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade, em adição aos valores já reconhecidos. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Adicionalmente, em 30 de setembro de 2018 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 68.186 e R\$ 3.426 (R\$ 88.075 e R\$ 25.852 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

b.3) Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 272.412 totalizando 1.743 processos em 30 de setembro de 2018 (R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 31 de dezembro de 2017), dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às empresas, e estão aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 3.554 estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais (R\$ 3.452 em 31 de dezembro de 2017), bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada CBLSA em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

22 Contas a pagar - indenização a clientes

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018.

Dos 150 mil m³ que estavam paralisados, em junho de 2017, foram obtidas as licenças necessárias para a volta da operação do equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros está demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.216
Adições	19.368
Baixas	(23.597)
Pagamentos	<u>(64.486)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u><u>3.501</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/09/2018	31/12/2017
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	19.521	19.537
Programa de fidelidade Km de Vantagens	11.828	9.134
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	1.349	2.638
	<hr/>	<hr/>
	32.698	31.309
	<hr/>	<hr/>
Circulante	20.102	18.413
Não circulante	12.596	12.896

Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de setembro de 2018 eram representadas por 2.468 lojas (2.414 lojas em 31 de dezembro de 2017). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de setembro de 2018 eram representadas por 1.765 lojas (1.735 lojas em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 30 de setembro de 2018, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.032.011 ações e totalizavam R\$ 73.317 (2.415.848 ações e totalizavam R\$ 171.459 em 31 de dezembro de 2017). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 30 de setembro de 2018 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 2.992.010 (3.035.499 ações em 31 de dezembro de 2017). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 30 de setembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de setembro de 2018 era de R\$ 37,33.

Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2018 estavam em circulação no exterior 31.971.260 ações ordinárias na forma de ADRs (28.935.260 ações em 31 de dezembro de 2017).

b. Instrumento patrimonial outorgado

Em 19 de abril de 2017 foi aprovado novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de setembro de 2018, 13.311.355 ações ordinárias (13.041.356 ações em 31 de dezembro de 2017) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,38 (R\$ 36,98 em 31 de dezembro de 2017).

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.000.707 em 30 de setembro de 2018.

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente a diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade, (ii) administração própria e (iii) notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33 – *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial					Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total	
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	39.158
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(399.192)	188	-	-	(399.004)	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	135.168	-	-	-	135.168	-
Diferença entre o valor justo da contraprestação recebida ou paga e a variação na participação dos não controladores	-	-	-	4.064	4.064	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(299)	-	(299)	-
Em 30 de setembro de 2018	(291.388)	188	(15.480)	206.252	(100.428)	92.219

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 31 de dezembro de 2016	(26.883)	2.896	(23.987)	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	1.566
Varição de valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> IRPJ e CSLL sobre valor justo	76.343 (25.646)	- -	76.343 (25.646)	- -
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	(24)	(24)	-
Em 30 de setembro de 2017	<u>23.814</u>	<u>2.872</u>	<u>26.686</u>	<u>9.085</u>

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e pagos a partir de 12 de março de 2018. Em 1 de agosto de 2018, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2018, no montante de R\$ 304.241 (R\$ 0,56 – cinquenta e seis centavos de Real por ação), pagos a partir de 20 de agosto de 2018.

26 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Receita de vendas bruta	69.918.613	59.960.981
Receita de serviços prestados bruta	549.203	517.529
Impostos sobre vendas	(2.080.293)	(1.566.506)
Devoluções e abatimentos	(875.289)	(688.423)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(282.430)	(346.188)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	<u>1.135</u>	<u>5.025</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>67.230.939</u></u>	<u><u>57.882.418</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/09/2018	30/09/2017
		Reapresentado
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	61.499.614	51.987.220
Gastos com pessoal	1.885.715	1.640.148
Fretes e armazenagens	927.502	842.116
Depreciação e amortização	602.286	517.032
Propaganda e marketing	107.412	156.651
Serviços prestados por terceiros	248.608	257.780
Aluguel de imóveis e equipamentos	185.190	143.978
Outras despesas	363.694	360.653
	<u>65.820.021</u>	<u>55.905.578</u>
Total	65.820.021	55.905.578
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	62.625.490	52.887.984
Despesas com vendas e comerciais	2.017.309	1.857.027
Despesas gerais e administrativas	1.177.222	1.160.567
	<u>65.820.021</u>	<u>55.905.578</u>
Total	65.820.021	55.905.578

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 40.381 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 40.420 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 7.104 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (perda de R\$ 754 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	30/09/2018	30/09/2017
Parceria comercial ⁽¹⁾	38.003	30.291
Merchandising ⁽²⁾	23.847	13.107
Programa de fidelidade ⁽³⁾	15.406	16.367
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	(3.529)	(36.002)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	49.152
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾	(286.160)	-
Outros	<u>8.966</u>	<u>5.742</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>(203.467)</u>	<u>78.657</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 21.b.2.4) e 22.

⁽⁵⁾ Para maiores informações sobre a multa vide nota explicativa nº 3.e).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	77.220	78.011	242.980	373.776
Juros de clientes	-	-	110.198	74.832
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	94.329	-	94.329	-
Outras receitas	-	-	2.122	2.657
	<u>171.549</u>	<u>78.011</u>	<u>449.629</u>	<u>451.265</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(351.207)	(553.700)
Juros sobre debêntures	(77.099)	(69.840)	(333.104)	(280.006)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2.040)	(4.327)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(2.641)	(2.205)	(56.553)	(67.606)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	53.379	70.502
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	-	-	43.411
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	-	(20.640)	-	(20.640)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	589	9.706	6.248
	<u>(79.740)</u>	<u>(92.096)</u>	<u>(679.819)</u>	<u>(806.118)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>91.809</u>	<u>(14.085)</u>	<u>(230.190)</u>	<u>(354.853)</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)**

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

Lucro básico por ação	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Lucro líquido da Sociedade	642.778	1.132.758
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	542.047	541.774
Lucro básico por ação - R\$	1,1858	2,0908
 Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	642.778	1.132.758
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	545.668	545.744
Lucro diluído por ação - R\$	1,1780	2,0756
 Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	542.047	541.774
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.307	2.392
Plano de ações	1.314	1.578
	<hr/>	<hr/>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<hr/> 545.668	<hr/> 545.744

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	30/09/2018	30/09/2017
		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	5.260.621	4.401.209
Ipiranga	56.590.430	49.003.064
Oxiten	3.548.492	2.827.528
Ultracargo	366.833	319.378
Extrafarma	1.529.311	1.376.761
	<u>67.295.687</u>	<u>57.927.940</u>
Outros ⁽¹⁾	36.823	38.446
Vendas entre segmentos	(101.571)	(83.968)
Total	<u><u>67.230.939</u></u>	<u><u>57.882.418</u></u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.129	1.489
Ipiranga	577	670
Oxiten	-	1.072
Ultracargo	62.109	42.468
Extrafarma	-	-
	<u>64.815</u>	<u>45.699</u>
Outros ⁽¹⁾	36.756	38.269
Total	<u><u>101.571</u></u>	<u><u>83.968</u></u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2018	30/09/2017
		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	5.258.492	4.399.720
Ipiranga	56.589.853	49.002.394
Oxitenó	3.548.492	2.826.456
Ultracargo	304.724	276.910
Extrafarma	1.529.311	1.376.761
	<u>67.230.872</u>	<u>57.882.241</u>
Outros ⁽¹⁾	67	177
Total	<u><u>67.230.939</u></u>	<u><u>57.882.418</u></u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	(30.947)	258.606
Ipiranga	991.684	1.659.507
Oxitenó	221.868	106.733
Ultracargo	98.682	50.927
Extrafarma	(83.763)	(23.935)
	<u>1.197.524</u>	<u>2.051.838</u>
Outros ⁽¹⁾	2.823	2.905
Total	<u><u>1.200.347</u></u>	<u><u>2.054.743</u></u>
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	21	863
Ipiranga	(12.899)	(13.263)
Oxitenó	952	1.056
Ultracargo	1.478	1.336
	<u>(10.448)</u>	<u>(10.008)</u>
Outros ⁽¹⁾	1.265	26.119
Total	<u><u>(9.183)</u></u>	<u><u>16.111</u></u>
Resultado financeiro	<u>(230.190)</u>	<u>(354.853)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u><u>960.974</u></u>	<u><u>1.716.001</u></u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2018	30/09/2017 Reapresentado
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	183.330	196.628
Ipiranga	306.404	333.556
Oxiten	401.929	298.116
Ultracargo	89.279	62.276
Extrafarma	68.748	101.672
	<u>1.049.690</u>	<u>992.248</u>
Outros ⁽¹⁾	10.907	15.073
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 13 e 14)	1.060.597	1.007.321
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 20)	(238)	(468)
Juros capitalizados	(17.209)	(18.173)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>1.043.150</u>	<u>988.680</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	279.381	389.409
	<u>279.381</u>	<u>389.409</u>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	168.280	132.480
Ipiranga	208.665	182.557
Oxiten	122.761	111.408
Ultracargo	38.729	35.413
Extrafarma	52.480	44.248
	<u>590.915</u>	<u>506.106</u>
Outros ⁽¹⁾	11.371	10.926
Total	<u>602.286</u>	<u>517.032</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	282.430	346.188
	<u>282.430</u>	<u>346.188</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.733.623	2.408.600
Ipiranga	15.209.048	15.309.811
Oxiten	7.325.769	6.557.456
Ultracargo	1.427.974	1.394.083
Extrafarma	2.033.294	1.948.808
	<u>28.729.708</u>	<u>27.618.758</u>
Outros ⁽¹⁾	1.075.636	586.753
Total	<u>29.805.344</u>	<u>28.205.511</u>

(1) A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiten no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Estados Unidos ^(*)	862.527	511.912
México	136.659	109.034
Uruguai	75.574	65.876
Venezuela ^(**)	2.201	22.480
	<u>1.076.961</u>	<u>709.302</u>

(*) O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

(**) A redução deve-se aos efeitos da adoção do Bolívar Soberano (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2018	30/09/2017
		Reapresentado
Receita líquida das vendas:		
Brasil	66.071.738	57.061.510
México	154.266	139.730
Uruguai	36.635	24.416
Venezuela	48.186	26.056
Outros países da América Latina	323.731	309.568
Estados Unidos e Canadá	357.746	148.554
Extremo Oriente	79.421	53.138
Europa	111.110	81.249
Outros	48.106	38.197
Total	<u>67.230.939</u>	<u>57.882.418</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	30/09/2018	31/12/2017
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	278,3	236,4
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	286,1	214,9
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	<u>1.362,0</u>	<u>930,0</u>
	<u>1.926,4</u>	<u>1.381,3</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(6.095,7)	(4.416,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(276,1)</u>	<u>(173,1)</u>
	<u>(6.371,8)</u>	<u>(4.589,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.407,5</u>	<u>1.777,6</u>
Posição líquida ativa (passiva) – total	<u>(2.037,9)</u>	<u>(1.430,4)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	109,6	(26,1)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(2.147,5)	(1.404,3)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 2.037,9 milhões em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação	11,0	27,4	54,8
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(214,8)	(536,9)	(1.073,8)
(1) + (2)	Efeito	<u>(203,8)</u>	<u>(509,5)</u>	<u>(1.019,0)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	(11,0)	(27,4)	(54,8)
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	214,8	536,9	1.073,8
(3) + (4)	Efeito	<u>203,8</u>	<u>509,5</u>	<u>1.019,0</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s e 25.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/09/2018	31/12/2017
CDI			
Equivalentes de caixa	4	3.480,5	4.821,6
Aplicações financeiras	4	2.297,1	1.153,0
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33	33,6	29,9
Financiamentos e debêntures	15	(8.562,4)	(7.987,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33	(2.163,0)	(1.877,4)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	33	(588,0)	(586,6)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.502,2)</u>	<u>(4.446,8)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15	(227,1)	(301,9)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(227,1)</u>	<u>(301,9)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33	1.176,8	984,3
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	15	(1.948,0)	(1.418,5)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(771,20)</u>	<u>(434,2)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos - TIIE	15	(17,2)	(3,4)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(17,2)</u>	<u>(3,4)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos - SELIC	15	(56,3)	(100,3)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(56,3)</u>	<u>(100,3)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.574,0)</u>	<u>(5.286,6)</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes**

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 30 de setembro de 2018, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários.

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC) até 30 de setembro de 2018. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base:

Em milhões de Reais	Risco	Cenário I 10%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	24,1	60,4	120,7
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,0	0,1	0,2
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(41,3)	(103,2)	(206,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(23,6)	(52,6)	(101,1)
Despesa incremental		<u>(40,8)</u>	<u>(95,3)</u>	<u>(186,6)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,6)	(4,0)	(8,1)
Despesa incremental		<u>(1,6)</u>	<u>(4,0)</u>	<u>(8,1)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,1	2,8	5,6
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(2,6)	(6,6)	(13,2)
Despesa incremental		<u>(1,5)</u>	<u>(3,8)</u>	<u>(7,6)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,1)	(0,2)	(0,4)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>	<u>(0,4)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,3)	(0,8)	(1,5)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(0,8)</u>	<u>(1,5)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/09/2018	31/12/2017
AAA	5.210.382	29.003
AA	861.285	6.076.520
A	217.673	192.638
BBB	139.444	71.767
Total	6.428.784	6.369.928

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	30/09/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ipiranga	447.666	350.594
Ultragaz	59.070	83.627
Oxiteno	13.819	10.755
Extrafarma	5.979	5.623
Ultracargo	2.111	2.179
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>528.645</u>	<u>452.778</u>

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 4.162,0 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 15). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões, tendo sido realizados até o terceiro trimestre R\$ 1.532,7 milhões. Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.236,5 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de setembro de 2018 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de setembro de 2018 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	em milhões de Reais			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	20.086,3	4.162,0	4.288,8	6.982,6	4.652,9
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	469,2	59,2	216,6	178,6	14,8
Fornecedores	2.121,3	2.121,3	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 8,91% em 2018, 11,12% de 2019 a 2021, 11,12% de 2022 a 2023, 12,21% de 2024 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,05 em 2018, R\$ 4,15 em 2019, R\$ 4,36 em 2020, R\$ 4,67 em 2021, R\$ 5,05 em 2022, R\$ 5,46 em 2023, R\$ 5,90 em 2024, R\$ 6,39 em 2025, R\$ 6,91 em 2026 e R\$ 7,45 em 2027 (iii) TJLP de 6,75% e (iv) IGP-M de 9,55% em 2018, 4,39% em 2019 e 4,0% de 2020 a 2033 (v) IPCA de 4,40% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de setembro de 2018, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 28 de setembro de 2018. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 15). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Vencimento	Valor de referência (nocional)¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2018
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<u>Instrumentos de proteção</u>							
<i>Designados como <u>hedge accounting</u></i>							
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	nov/2018 a set/2023	US\$ 230,0	US\$ 240,0	931,0	788,6	931,0	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 185,0	US\$ 203,6	743,6	665,6	743,6	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (415,0)	US\$ (443,6)	(1.613,3)	(1.568,6)	-	1.613,3
Resultado acumulado		-	-	61,3	(114,4)	1.674,6	1.613,3
b – Swaps de juros em Reais							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024 a out/2024	R\$ 566,1	R\$ 566,1	557,2	583,3	557,2	-
Passivo em taxa de juros CDI		R\$ (566,1)	R\$ (566,1)	(588,0)	(586,6)	-	588,0
Resultado acumulado		-	-	(30,8)	(3,3)	557,2	588,0
<i>Não designados como <u>hedge accounting</u></i>							
c – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)		US\$ 60,0	US\$ 60,0	245,8	195,7	245,8	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	out/2018 a out/2026	US\$ 815,1	US\$ 753,0	521,0	157,5	521,0	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (875,1)	US\$ (813,0)	(549,7)	(308,8)	-	549,7
Resultado acumulado		-	-	217,1	44,4	766,8	549,7
d – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM							
Ativo em taxa de juros CDI	out/2018 a dez/2018	US\$ 8,4	US\$ 9,1	33,6	29,9	33,6	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ (8,4)	US\$ (9,1)	(33,9)	(29,8)	-	33,9
Resultado acumulado		-	-	(0,3)	0,1	33,6	33,9
Resultado acumulado total bruto				247,3	(73,2)	3.032,2	2.784,9
Imposto de renda				(36,8)	(4,7)	(36,8)	-
Resultado acumulado total líquido				210,5	(77,9)	2.995,4	2.784,9
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)				267,1	85,8	1.353,6	1.086,4
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 15)				(56,6)	(163,7)	1.641,9	1.698,5

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de setembro de 2018, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a e c- Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.290,1 milhões de principal com posição passiva, na média a 84,5% do CDI, sendo US\$ 267,1 milhões, com posição ativa a US\$ + 3,36% a.a., US\$ 290,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 415,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 15.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 30 de setembro de 2018 este contrato de *swap* totalizava R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,55% a.a. + IPCA e passiva a 95,2% do CDI.

d- Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de setembro de 2018, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 8,4 milhões e tinham na média uma posição ativa a 44,7% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de setembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 415,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2018, uma receita de R\$ 210,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 33,6 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 255,9 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 103,8 % do CDI (vide nota explicativa nº 15.c.1).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de setembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2018 uma despesa de R\$ 36,7 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 37,7 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 38,8 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 95,2% do CDI.

Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio liquidados em 2018, foi reconhecida no resultado em 2018 uma receita de R\$ 10,7 milhões, sendo transferido todo resultado não realizado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado em 30 de setembro de 2018 (ganho de R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, líquida de IRPJ e CSLL diferidos).

Em 30 de setembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões, sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 292,3 milhões em 30 de setembro de 2018 (perda de R\$ 30,5 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de setembro de 2018, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 96,0 milhões, sendo reconhecido uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 54,1 milhões em 30 de setembro de 2018 (perda de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção**

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	30/09/2018	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	55,9	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(5,9)	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,0	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(109,2)	(346,4)
Total	(58,2)	(346,4)

	R\$ milhões	
	30/09/2017	31/12/2017
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(50,3)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	3,8	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	9,7	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(63,0)	(36,7)
Total	(99,8)	(31,4)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/09/2018		31/12/2017		
		Valor contábil	Valor justo	Reapresentado Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	238.085	238.085	147.926	147.926
	Mens. ao valor justo por outros resultados					
Títulos de renda fixa em moeda nacional	abrangentes	4	3.480.502	3.480.502	4.821.605	4.821.605
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	33.069	33.069	32.473	32.473
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.222.815	2.222.815	1.076.849	1.076.849
	Mens. ao valor justo por outros resultados					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	abrangentes	4	2.127	2.127	2.720	2.720
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	72.200	72.200	73.471	73.471
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados					
	abrangentes	4	112.845	112.845	129.131	129.131
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	267.141	267.141	85.753	85.753
Total			<u>6.428.784</u>	<u>6.428.784</u>	<u>6.369.928</u>	<u>6.369.928</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.698.842	1.698.842	1.047.809	1.047.809
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	7.304.917	7.065.972	6.740.872	6.761.907
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	5.971.745	5.915.976	5.035.247	5.037.072
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	541.282	541.282	554.402	554.402
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	15	46.716	46.716	48.515	48.515
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	56.629	56.629	163.749	163.749
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	73.317	73.317	171.459	171.459
Total			<u>15.693.448</u>	<u>15.398.734</u>	<u>13.762.053</u>	<u>13.784.913</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 15.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 15); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 15.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/09/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	238.085	238.085	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	3.480.502	-	3.480.502	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	33.069	33.069	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.222.815	2.222.815	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	2.127	-	2.127	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	72.200	-	72.200	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	112.845	48.968	63.877	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	267.141	-	267.141	-
Total			6.428.784	2.542.937	3.885.847	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.698.842	-	1.698.842	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	7.065.972	2.811.614	4.254.358	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	5.915.976	-	5.915.976	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	541.282	-	541.282	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15	46.716	-	46.716	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	56.629	-	56.629	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	73.317	-	73.317	-
Total			15.398.734	2.811.614	12.587.120	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	2.720	-	2.720	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	73.471	-	73.471	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	-	85.753	-
Total			6.369.928	1.297.804	5.072.124	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	171.459	-	171.459	-
Total			13.784.913	2.523.643	11.261.270	-

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de setembro de 2018. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 7,04 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 28 de setembro de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 28 de setembro de 2018 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		523.664	1.235.892	1.948.121
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	<u>(523.651)</u>	<u>(1.235.863)</u>	<u>(1.948.076)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>13</u>	<u>29</u>	<u>45</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano		(319)	8.186	16.691
(4) Margem bruta da Oxiteno	Depreciação do dólar	<u>319</u>	<u>(8.186)</u>	<u>(16.691)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de setembro de 2018 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	(125.593)	(68.192)	40
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	125.593	68.192	(40)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

34 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

i) A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de setembro de 2018, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

ii) A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2018 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iii) A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US\$ 1.142
Ipiranga	R\$ 1.032
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragas, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragas e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/09/2018	32.575	62.649	-	95.224

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragas mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/09/2018	a pagar	213.883	668.978	536.476	1.419.337
	a receber	(83.119)	(250.148)	(215.857)	(549.124)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi R\$ 140.332 (R\$ 112.525 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo- SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 07 de novembro de 2018.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Pedro Jorge Filho - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 07 de novembro de 2018.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Pedro Jorge Filho - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor